
**A excelência historiográfica nos primórdios da
Academia Real das Ciências de Lisboa [1779-1820] [*]**

Dr. Eurico Gomes Dias^[**]

eurico_dias@sapo.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 10/04/2017

Texto aprovado em/Text Approved on: 25/06/2017

Resumo: Ao tempo da criação da Academia Real das Ciências de Lisboa [1779] serão encetados múltiplos esforços científicos no sentido de renovar a escrita historiografia portuguesa. Um dos melhores exemplos, entre outras iniciativas académicas e universitárias, foi a compilação das *Memórias de Litteratura Portuguesa* [vols. I-VIII, 1792-1814], as quais encerram os melhores trabalhos historiográficos publicados entre os finais do século XVIII e inícios do século XIX, os quais indicaram o caminho para o triunfo científico da actividade historiográfica.

Palavras-Chave: História; Historiografia; Academia Real das Ciências; Ciência; Conhecimento; Iluminismo.

Abstract: At the time of creation of the Royal Academy of Sciences [1779] will be initiated multiple scientific efforts to renew the portuguese historiography. One of the best examples, among other academic and university initiatives, was the compilation of *Memórias de Litteratura Portuguesa* [vols. I-VIII, 1792-1814], which contain the best historiographical works published between the late eighteenth century and early nineteenth century, which pointed the way for the triumph of scientific historiography activity.

[*] O presente texto publicado na *Revista de Teoria da História* baseou-se na nossa Lição de Agregação em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 17 Abril 2015.

[**] Bacharel e Licenciado em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Línguas e Administração [Santarém]. Pós-Graduado em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Graduado e Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde defendeu o Doutoramento, o Pós-Doutoramento e as Provas de Agregação em História. Bolseiro de Doutoramento e Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador integrado do CEPES [Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade – Porto] e no CHSC [Centro de História da Sociedade e Cultura/FLUC], colabora ainda no Centro de História [FLUL], no CIJVS [Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Santarém], no CIDIUM-IUM [Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar], no IEM [Instituto de Estudos Medievais/FCSH-UNL], no CLEPUL [Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias/FLUL], assim como de outros organismos científicos e culturais. Auditor do Curso de Política Externa Nacional 2005/2006 [Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros] e Auditor do Curso de Defesa Nacional 2009/2010 [Instituto da Defesa Nacional/Ministério da Defesa]. Presentemente, é Professor Auxiliar com Agregação no ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna [Lisboa]. Autor e coordenador de várias obras, duas das quais galardoadas com «Menções Honrosas» no Prémio Grémio Literário 2010 e 2012, entre numerosos artigos científicos e literários. *E-mail:* eurico_dias@sapo.pt

Keywords: History; Historiography; Royal Academy of Sciences; Science; Knowledge; Enlightenment.

Intróito

Declarando o triunfo da Ciência e as infinitas possibilidades oferecidas pelas *Luzes* em Portugal, mesmo que excessivamente desequilibradas perante as diferentes categorias sociais, científicas e culturais, foi peremptória a propagação de obras científicas entre os finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Neste contexto, as *Memorias de Litteratura Portugueza* [vols. I-VIII, 1792-1814], à semelhança de outras *Memorias* editadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, enquadravam-se nas exigências da difusão científica, consideradas unanimemente como “mensageiras” do Enciclopedismo e do Iluminismo, ainda que tardios, em Portugal (RIBEIRO, 1872: 37-61).

Não obstante, embora sem o carácter estrito de “enciclopédicos”, muitas outras obras, colectâneas e periódicos possuíram a mesma substância, propondo-se a divulgar um universo de saberes científicos, literários, filosóficos e artísticos para um público crescentemente ávido, superando os arquétipos inflexíveis da cultura aristocrática tradicional. Além das *Memorias de Litteratura Portugueza* terem auxiliado à disseminação enciclopédica em Portugal, foram um veículo proficiente na apresentação de outros contributos historiográficos sobre as mais diversas temáticas. O cultivo da historiografia, decerto, não seria o primeiro interesse na promoção dos conhecimentos enciclopédicos, embora, neste caso particular, todas as *Memorias* coligidas versassem sobre História ou detivessem um suporte histórico.

Sem serem nitidamente dedicadas a um tempo ou assunto histórico singular, os escritores que cooperaram nas *Memorias de Litteratura Portugueza* preocuparam-se, fundamentalmente, em providenciar informações credíveis e sujeitas a revisões constantes, sempre com a maior preocupação científica, transparecendo, em si, um fascínio pela «escrita» da História. Embora não exista nenhuma *Memoria* unicamente consagrada à problematização historiográfica, os seus conteúdos foram construídos com uma argumentação extremamente precisa. A novidade e a cientificidade foram ferramentas preciosas nas *Memorias de*

Litteratura Portuguesa e a sua riqueza literária permitiu quebrar a monotonia e a morosidade características dos relatos científicos.

Um dos grandes méritos das *Memorias de Litteratura Portuguesa* seria a exposição das melhores e mais recentes produções científicas do universo académico português, assim como denunciar as restrições e a censura às publicações estrangeiras, tendo em atenção que, paradoxalmente, muitos autores detiveram um papel influente em organismos censuratórios. Adiante alguns impedimentos estatutários, as *Memorias de Litteratura Portuguesa* patentearam ideias sociais e prismas científicos inovadores, reiterando uma certeza inabalável no progresso humano e no Conhecimento. Em quase todas as *Memorias* se podem verificar os ensejos pela racionalização e o domínio da Natureza, sob o fôlego do ideal iluminista. Muito além de simples trabalhos científicos, esta colectânea deixava transparecer valores incompatíveis com os regimes político-sociais vigentes.

Colectânea copiosamente influenciada pelos ditames iluministas, a coordenação editorial das *Memorias de Litteratura Portuguesa* fazia [quase] sempre questão em identificar a autoria dos textos, possibilitando uma maior proximidade com o público leitor, ainda que adstrito a círculos elitistas e académicos (MOTA, 2005). Que interesses houve na divulgação das *Memorias de Litteratura Portuguesa* e quais as estratégias em prol da disputa historiográfica? Terá existido uma directriz historiográfica que regulasse a composição das *Memorias de Litteratura Portuguesa*? Naturalmente, a explicação só poderá ser afirmativa, dado que todos estes autores estavam convictos de que, afinal, estavam a «redigir» História e os seus testemunhos passariam aos vindouros. Apesar desse empenho na redacção científica, qual era, afinal, o papel da História, nomeadamente na sua vertente académica?

O impulso científico promovido pela Academia Real das Ciências de Lisboa levou a cabo um colossal esforço de vulgarização das descobertas mais recentes junto do público, colocando a poligrafia histórica num primeiro plano para a formação e educação da sociedade portuguesa. O que se pretendeu, entre outros objectivos, seria a contestação dos dogmas historiográficos face ao progresso do pensamento racionalista. Os autores das *Memorias de Litteratura Portuguesa* foram colaboradores assíduos na imprensa periódica de então, misto de

intelectuais, polígrafos, periodistas e historiadores, os quais preparam o caminho para o protagonismo de um Alexandre Herculano, eminente individualidade que marcaria a cultura portuguesa desde a década de 1830 até ao nosso quotidiano.

Estas *Memorias*, cada qual procurando responder a um problema ou versando um assunto distinto, revelaram o interesse da Academia na discussão de uma nova pluralidade de representações, acontecimentos e intervenientes na historiografia nacional e estrangeira. Naturalmente, as *Memorias de Litteratura Portuguesa* possuíram um protagonismo primordial nas querelas historiográficas, de elevado interesse para compreender os grandes movimentos socioculturais entre o *Portugal Velho* e o *Portugal Novo*. Importa, portanto, [re-]conhecer as raízes históricas das academias portuguesas, neste caso a Academia Real das Ciências de Lisboa, de modo a se entenderem plenamente tais bifurcações históricas.

As afinidades entre a Ciência e a História não aparentavam ser conflituais, porque mesmo movendo-se em patamares diferentes, os seus limites parecem-nos nitidamente esbatidos. Qual o desenrolar destas dependências científicas, no âmbito das prioridades da Academia Real das Ciências de Lisboa? Ainda que o primeiro objectivo das *Memorias* fosse noticiar o *acontecimento* científico, importava tecer novas abordagens ao passado histórico, permitindo, assim, solidificar as transmissões do Saber.

Estas serão algumas das coordenadas fundamentais que deverão nortear uma pesquisa mais entranhada de outras colectâneas científicas, tais como as *Memorias da Agricultura* [1788-1791] e as *Memorias Economicas* [1789-1815], por exemplo. Veículos ímpares da História da Ciência, contêm as melhores sínteses executadas entre os fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Existe todo um domínio quase inexplorado e da maior riqueza, o qual permitirá indagações interessantíssimas, pelo que cremos que estas colectâneas, até agora quase abandonadas, são de uma rara fecundidade para o conhecimento da intelectualidade portuguesa.

Súmula de Autores

António Caetano do Amaral [1747-1819]

Um dos principais expoentes das *Memorias de Litteratura Portugueza* foi, incontestavelmente, António Caetano do Amaral [1747-1819], bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra (MAGALHÃES, 1823; *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I: 99-100, vol. VIII: 106-107; *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. I: 412-414; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II: 266-267). Entre vários cargos que desempenhou, seria deputado do Santo Ofício e cónego da Sé de Évora, tornando-se conhecido como um dos últimos inquisidores do Tribunal do Santo Ofício, além de pertencer ao círculo dos primeiros membros da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Ao longo desta colectânea¹, António Caetano do Amaral elaborou uma explanação dedicada ao “espaço lusitano” entre os primórdios da presença humana até à ocupação romana da Península Ibérica, repudiando as lendas que enublavam a realidade histórica. No que concerne aos povos e costumes peninsulares, é visível o conhecimento da História Antiga, nomeadamente das fontes históricas. É notória a preocupação do Autor com a discussão científica dessas realidades históricas, marcadas pela procura incessante da veracidade expressas em alocações eruditas, fazendo destas *Memorias* um repositório fecundo para o conhecimento das épocas primitivas do território nacional.

Os trabalhos preparados por D. António Caetano do Amaral apresentam subsídios de valor incalculável para todos os estudiosos dedicados àqueles meandros, manifestando um conhecimento bibliográfico das fontes gregas, latinas e hebraicas, entre outros registos. Em detrimento das falsificações e imposturas, optou por um afastamento aos imperativos do providencialismo no evoluir histórico, embora não o renegue. Além das alusões à História Sagrada, o Autor problematizou os conhecimentos historiográficos vigentes sobre os primeiros povos ibéricos, as suas relações de conflitualidade/complementaridade, as

¹ Tanto esta *Memoria*, como as «Partes» seguintes, foram largamente documentadas e anotadas com comentários paralelos ao texto principal, o qual, por vezes, apresenta uma descrição narrativa desequilibrada perante tal profusão bibliográfica.

potências comerciais do Mediterrâneo, assim como o seu posicionamento no xadrez geopolítico entre Roma e Cartago.

Como observaremos, estas *Memorias* compreendem uma resenha histórica reveladora de um enorme sentido crítico e, com alguma reserva o afirmamos, possuindo já um sentido antropológico apurado, em virtude da interpretação dos usos e costumes daqueles povos. Contudo, denuncia alguma falta de imparcialidade *etnográfica*, apontando réprobos às práticas religiosas pagãs, mas não deixe de registrar a maior cientificidade possível, exigência elementar do exercício historiográfico. Fruto de investigações laboriosas, esta série de *Memorias* constitui um depósito de informações para o conhecimento da História portuguesa em épocas primordiais². Neste sentido, os trabalhos de António Caetano do Amaral devem ser considerados como verdadeiramente percussores, pois abriram o caminho para novas pesquisas cujas carências documentais desafiaram os limites exequíveis da História (HOMEM, 1985: 237).

António das Neves Pereira [?-1818]

No prosseguimento dos estudos dedicados à linguística portuguesa promovidos pela Academia, surge-nos uma primeira *Memoria*³ de António das Neves Pereira [Porto, ?-Lisboa, 1818] (*DBP*, vol. I: 212-213, vol. VIII: 260-261; *GEPB*, vol. XXI: 120). Este trabalho versou sobre as terminologias em uso [ou não] na nossa língua – pela à sua dimensão, seria editado em duas partes⁴ nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* [vols. IV-V, 1793], sendo um dos trabalhos mais meritórios nestes campos, em paralelo com Francisco Dias Gomes⁵, por exemplo.

² Chamamos a atenção para o «Appendix da Memoria Antecedente. Chronologia dos Governadores, e Reis Mouros das Hespanhas desde a Invasão até ao principio do Governo do Conde D. Henrique, confrontada com a dos Reis das Asturias, e Leão na mesma Epoca», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII: 227-236. Perfeito exemplo de História Comparada, esta adenda, a duas colunas, possui informações fidedignas baseadas numa cronologia adequada.

³ Esta *Memoria* tentou responder ao problema do «Programa» [17 de Janeiro de 1791]: «Qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV. e XVI.; e deixaráo esquecer os que depois a seguirão até ao presente».

⁴ «Ensaio sobre a Filologia Portuguesa por meio do Exame e Comparação da locução e estilo dos nossos mais insignes Poetas, que florecêrao no Seculo XVI. Primeira Parte», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793: 1-151; «Continuação do Ensaio Critico, sobre qual seja o uso prudente das palavras, de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV, e XVI; e deixaráo esquecer os que depois se seguirão até ao presente», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793: 152-252.

⁵ Consulte-se à nossa análise sobre este Autor mais adiante.

Sabe-se que António das Neves Pereira foi presbítero secular e sacerdote, além de professor de Retórica e Poética em Penafiel, onde estreitou a amizade com o padre Teodoro de Almeida (SANTOS, 2003: 249-260; IDEM, 2006: 187-199), seu mentor, que o encaminhou para a Congregação do Oratório [Lisboa]. Além de sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, as informações sobre a sua biobibliografia⁶ são exíguas.

O valor das reflexões de António das Neves Pereira incide na importância concedida aos géneros linguísticos e à génese das línguas. Segundo o seu parecer, não seria possível a construção ou a coesão social, mesmo nas suas formas mais primitivas, sem um mecanismo gestual, fonético e linguístico perceptível entre os elementos dos grupos humanos. Essa é uma base organizacional das sociedades e, simultaneamente, um motivo de dispersão/diferenciação em virtude da 'impossibilidade de *Babel*' (DERRIDA, 2002).

O Autor era um leitor dos autores clássicos, mas também com propensão pelos autores iluministas, destacando-se, entre outros, Marco Fábio Quintiliano⁷ [35-95 d. C.] ou Étienne Bonnot de Condillac [1715-1780] (CARRILHO, 1983: 319-328). Aquele autor romano sugere-lhe primeiramente as linhas-mestras do seu pensamento, ao propor uma série de princípios gerais impreterivelmente conexos a todas as línguas: a analogia, ou a razão; a etimologia; a antiguidade; a autoridade; e, finalmente, o uso. É de notar que os postulados filosóficos da evolução linguística são constantes, devendo considerar-se este trabalho como uma simbiose entre o pensamento clássico e a filosofia iluminista.

As questões cronológicas da História da Língua e Literatura portuguesa foram também abordadas por António das Neves Pereira, contando-se entre os primeiros autores que sugeriram várias divisões analíticas nesses cálculos. Em termos estritamente historiográficos, denota-se que a percepção de uma época como a Idade Média foi menosprezada, provavelmente porque a rudeza da nossa língua, quando comparada com o latim, era de uma constituição menor. Convém não esquecer igualmente as influências visigóticas ou germânicas, francófonas e

⁶ *Mechanica das Palavras em ordem á Harmonia do Discurso Eloquent, tanto em Prosa, como em Verso...*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1787.

⁷ *Instituições Oratorias de M. Fabio Quintiliano*, escolhidas, traduzidas e ilustradas com notas críticas de Jerónimo Soares BARBOSA, vols. I-II, Imprensa Real da Universidade, Coimbra, 1788-1790.

muçulmanas na construção da nossa língua, a que o Autor alude com sabedoria inovadora. O que é a «língua», a marca identitária de um povo e o registo de uma cultura? Para António das Neves Pereira, a História, a Poesia e a Literatura eram irmãs...

António de Araújo de Azevedo [1754-1817]

Provavelmente o estudo mais patriótico das *Memórias de Litteratura Portuguesa* seja do sócio António de Araújo de Azevedo [Ponte de Lima, 1754-Rio de Janeiro, 1817], o único conde da Barca⁸ (*DBP*, vol. I: 88-90, vol. VIII: 80; *PDH*, vol. II: 112-114; *GEPB*, vol. III: 210-211; *Dicionário de História de Portugal*, vol. I: 264).. Trata-se de uma *Memoria*⁹ em defesa da língua portuguesa que encerra uma crítica endereçada a Jean-François de La Harpe [1739-1803], escritor francês que traduzira livremente *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (TODD, 1972).

António de Araújo de Azevedo iniciou os estudos em Humanidades no Porto e transitou para Coimbra, não chegando a concluir a licenciatura em Filosofia na Universidade. De regresso ao Porto, dedicou-se às ciências exactas e aos estudos históricos. Seria o responsável pela fundação da Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público¹⁰ [1779], estabelecida em Ponte de Lima e com D. João Carlos de Bragança, 2.º duque de Lafões, este recomendou-o para a carreira diplomática (PINTASSILGO, 1987). Consequentemente, ascenderia a ministro e embaixador extraordinário em Haia [1787], negociando, nesse mesmo ano, um tratado de paz entre Portugal e França, ainda que não ratificado (BARREIROS, 1958). Tendo percorrido a Alemanha, dedicou-se ao estudo das ciências e da literatura alemã (LEITE, 1962) após ser nomeado para S. Petersburgo e depois como ministro plenipotenciário junto à República Francesa [1795, 1797 e 1801]. Indigitado ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra [1804] e ministro do Reino [1806], será um dos conselheiros que fomentou a transferência

⁸ *Lettres de Diogo Ratton a António de Araújo de Azevedo, Comte da Barca (1812-1817)*, edição de Nuno Daupiás de ALCOCHETE, «Memórias e Documentos para a Historia Luso-Francesa», n.º 12, FCG/CCP, Lisboa/Paris, 1973.

⁹ *Memoria em defeza de Camoens contra Monsei[gn]eur de La Harpe...* manuscrito, c. 1780-1817.

¹⁰ Podem consultar-se os «Estatutos da Sociedade Economica dos Bons Compatriotas, Amigos do bem Público...», in *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações. Legislação de 1775 a 1790*, redigida por António Delgado da SILVA, vol. III, Typografia Maignrense, Lisboa, 1828, pp. 248-254.

da Família Real para o Brasil (MALAFAIA, 2006: 279-294; FILHO, 1968: 32-40), desencadeando o ódio popular contra si.

Procurando defender o mérito de Luís de Camões entre os vultos epopeicos, o Autor menciona as particularidades literárias de *Os Lusíadas*, sem deixar de recordar a admiração que a Europa consagrou ao nosso Poeta maior. Aludia ao acréscimo das edições e traduções daquela obra nas línguas europeias, que muito concorreu para o prestígio das nossas Letras além-fronteiras. Além desta *Memoria* particular, António de Araújo de Azevedo nada mais contribuiu para as *Memorias da Litteratura Portugueza*.

No ano seguinte [1807], embarcou com a Família Real para o Rio de Janeiro fazendo-se acompanhar da sua livraria pessoal¹¹, posteriormente confiada à Biblioteca Nacional, assim como uma tipografia equipada [que aqui se institui, transformando-se na Imprensa Régia, a 13 de Maio de 1808], a sua riquíssima colecção mineralógica e um conjunto de instrumentos científicos que permitiram criar um laboratório de Química na sua residência. Aí desenvolveu um jardim com mais de 1500 espécies botânicas indígenas, conhecido por *Hortus Araujensis*¹².

A partir de 1814, decide retornar às lides políticas, sendo nomeado conselheiro de Estado e presidente do Tribunal da Junta do Comércio, seguindo-se as funções de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, após a morte de D. João de Melo e Castro [1756-1814], 5.º conde das Galveias (SCHEDEL, 2011). Ocupará todas as pastas do governo com a morte de D. Fernando José de Portugal e Castro [1752-1817], 2.º marquês de Aguiar (VALIM, 2011: 1-11). Será agraciado, por decreto régio de 27 de Dezembro de 1815, com o título de conde da Barca. Além de membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi o fundador da Sociedade de Animação à Indústria e Mecânica [1808] e da Real Academia de Belas Artes [1816], no Rio de Janeiro, entre outras associações científicas e literárias (TRIGOSO, 1823, pp. XV e ss.). Embora não tivesse sido um escritor prolífico,

¹¹ *Bibliotheca araujiana ou catalogue des livres de la bibliothèque de son Excellence, Monsieur le Commandeur d'Araujo d'Azevedo, Envoyé Extra-ordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Son Altesse Royale le Prince Régent de Portugal près de la Cour de Russie... placée à la maison du bois, près de la Haye en Septembre 1802 et confiée á...*, manuscrito.

¹² Não existe, aparentemente, nenhum registo da sua publicação.

assinou algumas obras de carácter poético-trágico¹³, entre artigos de índole política para alguns periódicos.

A sua actuação política contribuiu para a elevação do Brasil à categoria de reino, com a qual esperava sossegar os sentimentos independentistas. António de Araújo de Azevedo foi uma figura notável na vida portuguesa no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, exercendo uma actividade diplomática e governamental nem sempre isenta de polémica.

António Pereira de Figueiredo [1725-1797]

No âmbito das problemáticas literárias portuguesas, destacou-se o padre António Pereira de Figueiredo [Mação, 1725-Lisboa, 1797], membro da Congregação do Oratório e figura consagrada do Iluminismo, tendo sido um colaborador íntimo do marquês de Pombal (*DBP*, vol. I: 223-230, vol. VIII: 276-280, vol. XX: 259; *PDH*, vol. V: 631-633; *GEPB*, vol. XXI: 214-216; CASTRO: 357-411). Iniciou a sua formação no Colégio Ducal de Vila Viçosa, onde estudou Latinidades e Música. Transitou para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e para a Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório [1744], cursando Filosofia e Teologia. Nesta congregação, a qual contribuiu para a renovação do espírito filosófico em Portugal, foi lente de Latim, Retórica e Teologia. Também seria deputado da Real Mesa Censória e sócio fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa. É considerado um dos maiores latinistas europeus no século XVIII, sendo célebres os seus discursos teológicos (SILVA, 1983).

Acérrimo admirador do cronista João de Barros [c. 1496-1570], como se depreende do seu contributo nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, António Pereira de Figueiredo ofertara este trabalho à Academia a 3 de Janeiro de 1781. Este opúsculo destinava-se a auxiliar os responsáveis pela redacção do *Diccionario de Lingoa Portugueza* [vol. I, 1793], embora os editores das *Memorias* tenham optado por incluir este glossário sobre João de Barros nesta publicação. Trata-se

¹³ Entre outras, assinou as seguintes obras: *Osmia, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1788*; *Ode a Dryden para o dia de Santa Cecilia, Hamburgo?, 1799*; *Regulamento para os hospitaes militares de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra...*, Impressão Régia, Lisboa, 1805.

de um ensaio, em jeito de repositório lexical, sobre as *Décadas*¹⁴, do mesmo João de Barros, pensado enquanto apoio de leitura daquela obra-prima da Literatura portuguesa.

O padre António Pereira de Figueiredo, “uma das mais fortes inteligências que Portugal tem gerado”, nas palavras de Alexandre Herculano, impôs-se como latinista de renome internacional, foi historiador, canonista e teólogo, servindo apaixonadamente a política pombalina. Combateu activamente a Companhia de Jesus e denunciou os abusos da Cúria Romana, destacando-se nas contendas teológicas do seu tempo, no que desagradou a muitos poderes estabelecidos, os quais tentaram ostracizá-lo. Defendeu a implantação de uma Igreja nacional (CANAVEIRA, 1991-1992), à semelhança da Igreja Anglicana, mas nunca defendeu um cisma ou a separação com a Igreja Romana. A sua tradução da *Vulgata* latina, em 23 volumes, é um monumento literário que enobrece a Cultura portuguesa.

António Ribeiro dos Santos [1745-1818]

Um dos académicos mais ilustres nos primeiros tempos da Academia Real das Ciências de Lisboa seria, certamente, António Ribeiro dos Santos, natural de Massarelos, no Porto [1745], e falecido em Lisboa [1818]. Segundo Inocêncio Francisco da Silva, foi um dos autores portugueses mais produtivos do século XVIII. Chamamos a atenção que este Autor foi o autor mais fecundo das *Memorias de Litteratura Portuguesa*, responsável por 14 trabalhos distintos.

Com apenas 11 anos, um tio materno chama-o para o Rio de Janeiro, iniciando os seus estudos no Seminário de Nossa Senhora da Lapa, aí cursando Filologia e Humanidades, sob o magistério jesuíta. Em 1764, matriculou-se na Universidade de Coimbra, tendo concluído, com louvor, a licenciatura em Direito Canónico e alcançará o grau de doutor [1771]. Em 1777, é escolhido para Bibliotecário da Universidade de Coimbra, cargo recentemente criado. Por decreto de 31 de Agosto de 1779, é designado como lente substituto da Faculdade de Cânones e, em 1782, ordenado lente efectivo na disciplina de «Direito Natural». Em

¹⁴Entre outras edições: BARROS, João de - *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimto e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Primeira Década*, INCM, Lisboa, 1988 [fac-símile da 4.ª edição revista e prefaciada por António BAIÃO conforme a edição *princeps*, «*Scriptores Rerum Lvsitanarvm*» (Série A), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932].

1788, é nomeado deputado da Junta da Revisão e Censura e despachado como juiz desembargador da Casa da Suplicação. Em 1790, é promovido a lente proprietário da disciplina de «Sintética das Decretais», entre os cargos de comissário-geral dos Estudos na Corte e província da Estremadura.

Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, recebeu a ordem sacra de subdiácono [1790], antes de ser destacado como cônego para a Sé de Viseu. Ainda nesse mesmo ano, será juiz desembargador de Agravos na Casa da Suplicação e, em 1793, na conezia doutoral da Sé de Viseu. Foi ainda deputado do Santo Ofício, censor régio e cronista da Casa de Bragança. Tendo sido criada a Biblioteca Pública de Lisboa em 1796, foi o seu primeiro bibliotecário-mor. Deputado da Junta da Casa de Bragança, foi transferido da conezia doutoral de Viseu para a respectiva conezia na Sé de Faro. Em 1805 recebeu o diploma de sócio da Academia Cética de Paris e, em 1809, seria deputado da Junta da Bula da Cruzada. Desta listagem curricular, ainda que diminuta, se pode deduzir, mais uma vez, a biografia multifacetada de António Ribeiro dos Santos.

As suas *Memorias* renovaram substancialmente os prismas historiográficos sobre numerosos assuntos. Refira-se que muitas dessas questões eram extremamente sensíveis à época, mas em todo o seu discurso analítico evidencia-se a exigência probatória, sem deixar de focar as perspectivas estrangeiras. Recordem-se os seus trabalhos académicos, ainda referências sólidas, sobre a Literatura Sagrada hebraica desenvolvida desde os primórdios da nacionalidade, percorrendo todo os autores e obras entre os séculos XV e XVIII. Contrapondo com os autores judaicos nacionais, também dissertou sobre autores e teólogos cristãos, ou estrangeiros radicados em Portugal, os quais combateram a teologia hebraica, inclusivamente nas possessões ultramarinas. Neste contexto, também não esqueceu as traduções bíblicas e o carácter precursor de João Ferreira A. de Almeida e António Pereira de Figueiredo, entre tradutores bíblicos menos conhecidos.

Profundamente interessado na História da Matemática, uma área praticamente desconhecida e aliando-a ao conhecimento da Náutica, versou sobre alguns matemáticos portugueses e estrangeiros que viveram em Portugal e nos nossos domínios, como o primeiro bispo de Goa, D. Francisco de Melo,

relembrando os escritos do célebre Pedro Nunes, figura de proa nos Descobrimentos.

São fundamentais as suas pesquisas sobre a origem e a implementação da imprensa, ou a tipografia, desde as suas origens até aos finais do século XVI, fornecendo informações importantíssimas sobre editores, os incunábulo, os locais de edição, os circuitos editoriais nacionais e ultramarinos e toda a aparelhagem tipográfica. Aflorando os seus interesses poéticos, ainda por rever convenientemente, não deixou de dissertar sobre a poesia portuguesa desde a antiga Lusitânia, retomando uma linha de pensamento exposta aqui por Fr. Joaquim de Fóios. Retomando as indagações arquivísticas fomentadas pela Academia, dissertou sobre a existência de antigos mapas cartográficos nos nossos cartórios, os quais permitiram a supremacia técnico-científica dos Descobrimentos, possibilitando, como defendia, a singularidade das navegações portuguesas desde o século XV.

Figura capital no arranque da Academia Real das Ciências de Lisboa, é o principal responsável pela edição das *Memórias da Literatura Portuguesa*, principalmente após as Invasões Francesas. Possuidor de uma cultura profundíssima, estas *Memórias* são um pequeno reflexo da sua inovação historiográfica em diferentes campos científicos (CAVROÉ, 1817: 223; *Gazeta de Lisboa*, n.º 36, 1818; TORRES, 1844: 285-286, 300-301, 309-310; BRANCO, 1854: 258-259; SILVA, 1866: 28-29; *DBP*, vol. I: 247-256, vol. VIII: 294-296, vol. XXII: 349; *PDH*, vol. VI: 291-292; *GEPB*, vol. XXV: 620-623; TORRES, vol. V: 480-481; OLIVEIRA, vol. XVI: 1346; CUNHA, 1913; BRAZÃO, 1943; DIAS, 1975: 415-519; DIAS, 1976; PEREIRA, 1983; MOTA, 1991: 197-228; DOMINGOS, 1996: 43-45).

Constantino Botelho de Lacerda Lobo [1753-1820/1822?]

No vasto conteúdo das *Memórias de Litteratura Portuguesa*, destacamos os contributos do professor universitário Constantino Botelho de Lacerda Lobo [Murça, 1753-Solar da Vacariça, 1820/1822?] (*DBP*, vol. II: 96-97, vol. IX: 85-86; *GEPB*, vol. XV: 354-355), notório pela sua participação nas *Memórias Economicas* editadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa (LARANJO, 1976: 45-62). Matriculou-se na Universidade de Coimbra [1772] e obteve o grau doutoral em

Filosofia, tendo sido o primeiro lente demonstrador de Física na Universidade. Em 1791, como lente proprietário de Física Experimental, acumulava a direcção do Gabinete de Física Experimental, em substituição do lente italiano António Dalla-Bella, igualmente membro da Academia.

Como um dos primeiros promotores da industrialização, dissertou sobre a aplicabilidade do vapor como força motriz, assunto sobre o qual nutria o maior interesse. Constantino Botelho de Lacerda Lobo nunca editou os seus trabalhos de investigação separadamente em livro, optando por publicar artigos e memórias em periódicos, tais como o *Investigador Portuguez em Inglaterra* ou o *Jornal de Coimbra*, assim como nas diferentes *Memorias* apontadas.

No âmbito dos objectivos científicos da Academia, encetou estudos sobre a economia marítima portuguesa, mais concretamente na actividade pesqueira e da salicultura (LOBO, 1955). Entre 1789 e 1791, efectuou várias viagens para avaliar o estado das pescas nas costas de Entre Douro e Minho até à foz do rio Sado e o estuário do rio Guadiana, não descurando os assuntos agrícolas. Dessas viagens resultaram estudos publicados nas *Memorias Economicas*. Cessou a sua actividade na Universidade de Coimbra antes da jubilação e, faleceu, provavelmente em Setembro de 1820.

Desde a fundação da Academia das Ciências de Lisboa [1779], esta agremiação teve por objectivo o progresso da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e nos seus territórios ultramarinos, como é manifestamente sabido. Para esses intentos, e no campo do pensamento fisiocrático, patrocinou e divulgou inúmeros estudos para o desenvolvimento da economia portuguesa. Constantino Botelho de Lacerda Lobo, enquanto sócio académico, foi um dos teóricos da economia marítima, mais direccionado para as pescas e a salicultura. Dessas viagens de observação¹⁵, reuniu dados utilíssimos para o conhecimento da economia salineira e piscatória de âmbito local [Monte Gordo], de visão regional [por exemplo, o Algarve e Entre Douro e Minho], sem negligenciar uma perspectiva nacional.

¹⁵ Contou com o precioso auxílio e orientação de vários membros da Academia, como João Pedro Ribeiro e Fr. Joaquim de Santo Agostinho, sem esquecer vários agentes alfandegários e particulares, detentores de informações para as suas pesquisas. Agradecendo publicamente a todos, confessa que sem esses préstimos estas *Memorias* não teriam sido possíveis.

Nos finais do século XVIII foram movidos vários esforços para calcular os recursos naturais passíveis de exploração racionalizada, uma tendência internacional que encontrara na Academia Real das Ciências a sua principal promotora. Ligada às academias europeias, como a Royal Society de Londres e a Universidade de Coimbra, pretendia-se criar programas de aperfeiçoamento das ciências para a promoção do bem-estar público¹⁶. Por conseguinte, estas *Memorias* ainda são exemplares nestes campos, compreendendo um registo pautado pela capacidade de observação e a preocupação probatória e estatística, sem esquecer o ornato historiográfico num discurso assinalado pela concisão e novidade.

Francisco Dias Gomes [1745-1795]

Na sequência da *Memoria* preliminar de Fr. Joaquim de Fóios, a primeira das *Memorias de Litteratura Portugueza*, seguir-se-ia um excelente ensaio historiográfico de Francisco Dias Gomes [1745-1795], premiado pela Academia Real das Ciências, reflexão pioneira no campo da crítica literária (*DBP*, vol. II: 369-371, vol. IX: 284; CHAGAS, 1873: 142-143; *GEPB*, vol. XII: 519; BORRALHO: 844-846).

Ainda espanta a biografia do Autor, detentor de uma formação elementar, mas dominando uma plêiade de autores clássicos, medievais, renascentistas e contemporâneos, o qual comparou com as posturas discursivas dos principais autores da Literatura portuguesa. Segundo o seu parecer, passível da maior actualidade, os maiores expoentes literários nacionais seriam Francisco de Sá de Miranda [1481-1558], António Ferreira [1528-1569], Diogo Bernardes [c. 1530?1540?-1596], Pedro de Andrade Caminha [1520?-1589], desembocando em Luís de Camões [c. 1524/5-1580]. Investigação notoriamente precursora, esta *Memoria* premiada seria editada integralmente, destacando-se a sua dimensão

¹⁶ “As viagens filosóficas – expedições científicas – visavam observar e registar as diversas potencialidades naturais do Estado. Esta era outra das formas de tornar útil e utilitária a Ciência, no âmbito da Academia de Lisboa. As viagens científicas (a par das literárias e de evasão) em grande voga na Europa racionalista do século XVIII, foram particularmente acarinhadas pela Academia, ao conjugar os seus apoios com os incentivos de explorações naturalistas da Universidade de Coimbra.” NUNES: 44; FIOLHAIS & MARTINS: 51-59.

correspondente a uma qualidade inabalável, compilando um conhecimento único sobre a História da língua portuguesa¹⁷.

Natural de Lisboa, era filho de Frutuoso Dias, um modesto merceiro estabelecido na capital. Aprendeu as primeiras letras e aprofundou a apetência pelas Humanidades na Congregação do Oratório, chegando a matricular-se em Leis na Universidade de Coimbra. Porém, em virtude das sugestões de um tio que se propôs estabelecê-lo com uma mercearia, convenceu o pai de Francisco Dias Gomes em como a vida de comerciante representaria um futuro mais risonho do que o ofício das Leis.

Interrompendo definitivamente os estudos universitários, Francisco Dias Gomes assumiria a gerência do referido estabelecimento comercial. Apesar das suas responsabilidades, aplicou-se nos estudos de modo autodidacta, não desistindo de perscrutar os modelos literários clássicos, as obras modernas e os autores vernáculos. Francisco Dias Gomes não pode ser considerado um poeta de primeira craveira, mas são-lhe reconhecidos obras medianas¹⁸, composições sóbrias pela sua elegância e a pureza do estilo, as quais revelam um domínio dos mecanismos da arte gramatical, com grande avanço relativamente aos estudos lexicais coevos.

A sua vivência modesta conservou-o arredado dos círculos literários elitistas. No entanto, houve quem lhe apoiasse o talento, como o então professor de matemática, depois general e barão, Francisco de Borja Garção Stockler, amigo e admirador, o qual promoveu a publicação póstuma das suas obras. Residia com a família no Poço do Borratém, em Lisboa, e como os parcos lucros da sua mercearia mal chegavam para o sustento, ensinava particularmente as primeiras letras e a gramática latina (STOCKLER, 1799: XVIII-XIX). Aos 50 anos, uma doença epidémica atacou sucessivamente a sua família e ele próprio, falecendo a 30 de Setembro de 1795, deixando desamparados viúva e três filhos menores, motivando algumas acções de solidariedade.

¹⁷ “Francisco Dias Gomes foi realmente um homem de grande mérito literário. Herculano considerou-o talvez dotado do mais apurado engenho, que Portugal tem tido, para avaliar os méritos de escritores.” (RUDERS, 2002: 350).

¹⁸ Entre outras obras, apontamos *Ifigenia. Tragedia, tirada da Historia Grega*, Officina de João António da Silva, Lisboa, 1798; ou *Electra...*, em *Cinco Actos, tirada da Historia*, Typographia Regia Silviana, Lisboa, 1799. Estas tragédias foram apresentadas separadamente à Academia Real das Ciências. Porém, não lhe foi reconhecido mérito em concurso, sendo-lhe restituídas, em conformidade com os estatutos.

São unânimes os elogios aos trabalhos críticos deste filólogo amador, indispensáveis para um conhecimento histórico da Literatura portuguesa. Francisco Dias Gomes, enquanto crítico literário, foi talvez a individualidade mais apurada na avaliação dos méritos de escritores no seu tempo. O seu gosto literário estava ancorado nos modelos clássicos da Antiguidade e nos autores pátrios mais consentâneos. Apesar de não possuir uma formação superior e não podendo elevar-se na poesia, conseguiu, todavia, inaugurar a crítica literária moderna em Portugal (MARTINS, 1942: 97-99).

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio [1741-1812?/1814?]

Entre os ensaios mais pequenos reunidos nas *Memorias de Litteratura Portugueza* evidenciaram-se as indagações arqueológicas de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio [Mirandela, 1741-1812?/1814?], cavaleiro da Ordem de Cristo e bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (*DBP*, vol. III: 95-96; *GEPB*, vol. XXVI: 887-888). Indigitado superiormente para o Brasil, foi sucessivamente designado “juiz de fora” e provedor na capitania do Pará, assim como ouvidor, provedor e intendente de Agricultura na capitania do Rio Negro.

Regressado a Portugal, seria juiz desembargador na Relação do Porto e na Casa da Suplicação de Lisboa, contando-se entre os primeiros sócios da Academia Real das Ciências. No âmbito das suas incumbências jurídicas, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio percorreu a capitania de São José do Rio Negro entre 1774 e 1775, deixando um diário manuscrito dessas incumbências. Nesses registos abordou os costumes dos povos indígenas, a fauna e a flora brasileiras, complementando as informações recolhidas por outras missões sertanejas na segunda metade do século XVIII (DOMINGUES, 1991).

Ao visitar a sua província natural de Trás-os-Montes, a curiosidade deteve-o no mosteiro de Castro de Avelãs, a poucos quilómetros de Bragança. Por essa altura, estava em estado de deterioração, embora não deixasse de ser um dos monumentos mais conhecidos do nordeste transmontano, exemplo notável da arte românica e a vida monacal nessa região¹⁹. Nas ruínas do mosteiro, intrigou-se com

¹⁹ “Em 1145, recebe carta de doação e couto de D. Afonso Henriques e nos séculos seguintes foi largamente beneficiado pelo poder régio. Em 1320, no Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros

uma inscrição lapidar contendo dizeres latinos, sita na capela-mor da antiga igreja, motivando uma observação publicada no *Jornal Encyclopedico*²⁰ e reeditada nas *Memorias de Litteratura Portugueza*.

Terá sido, muito provavelmente, o único ensaio levado ao prelo em vida do Autor, sendo todas as outras obras editadas postumamente²¹ pelo seu filho, o juiz Francisco António Ribeiro de Sampaio²² [?-?]. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio defendia a pertinência arqueológica daquelas inscrições e, especialmente, de todo o conjunto arquitectónico entregue ao abandono pelas autoridades civis e religiosas (DIONÍSIO, 1995: 954-956; BARROCA, 1996: 594-614). Esta *Memoria* não deixa de ser, contudo, um relato com algum interesse historiográfico, ainda que ornado de informações rudimentares.

João de Sousa [c. 1735-1812]

Nas *Memorias da Litteratura Portugueza* encontra-se um único contributo do académico Fr. João de Sousa [Damasco, c. 1735-Lisboa, 1812], distinto arabista (TRIGOSO, 1815: XLIX-LXII; *DBP*, vol. IV: 41-42, vol. X: 357; *Portugal. Dicionário Histórico...*, vol. VI: 1045-1046; *GEPB*, vol. XXIX: 800-801; FIGANIERE, 1949; DIAS, Maio 2014). É comumente apontado como o impulsionador dos estudos árabes (SOUSA, 1789, 1830, 2004; IDEM, 1793) em Portugal nos finais do século XVIII, sendo que as suas obras continuam incontornáveis (FARINHA, 1978: 293-305; SIDARUS: 37-54).

do Reino, o mosteiro foi taxado em 1500 libras, um valor que se destaca no conjunto dos restantes mosteiros e igrejas da Terra de Bragança que em média não ultrapassavam as 65 libras. A partir do século XV, entrou em regime de comendatários. O arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, utilizou frequentemente este mosteiro como centro de irradiação para as suas visitas pastorais às freguesias do nordeste transmontano. Foi extinto em 1545, pela bula *Pro Excellentí Apostolicæ Sedis*, do papa Paulo III; para além da extinção do mosteiro, este documento instituiu a Diocese de Miranda, ficando-lhe anexadas as rendas de Castro de Avelãs” (*Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, 2005: 56).

²⁰ *Jornal Encyclopedico*, Maio 1790, p. 191.

²¹ *Observações sobre a primeira formação das linguas, do diferente genio das originaes e compostas. Traduzidas do inglez de Adão Smith, e anotadas por Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO*, Impressão Régia, Lisboa, 1816; *Oração á memoria de Pedro-Grande, imperador da Russia... traduzida da Lingua Russa para a Ingleza, e desta para a Portugueza* por Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO, Impressão Régia, Lisboa, 1816.

²² Não se conhecem outros dados biográficos, embora se saiba que foi juiz desembargador na comarca de Chaves e provedor na comarca de Moncorvo. Cf. *Jornal de Coimbra*, vol. XI, Parte II, Impressão Régia, Lisboa, 1817, pp. 203-204; *Gazeta de Lisboa*, n.º 143, 19 de Junho de 1829, p. 595.

A sua biografia é admirável: natural de Damasco, era filho de pais nascidos nos domínios portugueses da Índia, ainda que não se conheça a sua identidade ou porque estariam naquelas paragens. Dotado de uma inteligência notável, estudou com frades barbadinhos franceses missionários em Damasco, onde aprendeu a língua francesa, italiana e espanhola, assim como o latim. Enviado a prosseguir os estudos na Europa, com apenas 15 anos partira munido com cartas de recomendação para alguns estabelecimentos comerciais franceses. A partir daqui seguiu-se um périplo digno de uma novela de aventuras. O seu navio foi vítima de pirataria e sobreviveu ao naufrágio no Mediterrâneo, mas chegaria a Lisboa entre 1749 e 1750, sempre entregue à sua sorte.

Acolhido por D. João de Saldanha de Oliveira e Sousa [1746-1804], 1.º conde de Rio Maior, tomaria o seu último apelido, passando a chamar-se João de Sousa, substituindo o seu primeiro nome, ou seja, Yuhannā ad-Dimasqī. Em 1758, D. Gaspar de Saldanha de Albuquerque²³ [1719-1771] foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, tendo escolhido João de Sousa como seu secretário particular. Ao regressar de Coimbra, ingressa na Ordem Terceira de S. Francisco, de que era provincial Fr. Manuel de Cenáculo Vilas Boas [1724-1814], futuro arcebispo de Évora. Este apostaria no jovem João de Sousa para promover a modernização dos estudos orientais em Portugal, os quais se encontravam em declínio. Na verdade, na Ordem Terceira da Penitência existia uma aula de árabe regida por António Baptista Abrantes [1737-1813], mas João de Sousa substituiu-o com vantagem, visto o árabe ser a sua língua materna (ABRANTES, 1774).

Em 1773, D. José I e o marquês de Pombal enviaram uma embaixada ao sultão de Marrocos para tratar da paz definitiva com esse reino, em virtude da evacuação de Mazagão²⁴. Nessa embaixada, Fr. João de Sousa viajou como secretário-intérprete, permanecendo no norte de África depois concluídas as conversações para aperfeiçoar o dialecto árabe usado em Marrocos (BRAGA, 2008: 52-61).

²³ “[...] Nomeado Gaspar de Saldanha Reitor da Universidade, levou consigo a João de Sousa para Coimbra com intento de ahi o aproveitar, confiando-lhe a Cadeira de Lingua Arabe, que tencionava estabelecer. Sabidas na Côrte as virtudes, saber, e prestimo de João de Sousa, foi este convidado pelo Primeiro Ministro, Conde de Oeiras, para mudar sua residencia para Lisboa, o que logo fez, grangeando particular estima do dito Ministro pelo muito proveito, que delle se tirava nos negocios com as Côrtes Africanas” (PEREIRA, 1849, p. 351).

²⁴ *Documentos referentes ao governo da Praça de Mazagão, 1758-1796 [cartório dos Condes da Cunha]. Catálogo*, organização de Raúl da Silva VEIGA, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1982.

Fr. João de Sousa foi um dos primeiros sócios correspondentes da Academia e desenvolveu os estudos filológicos árabes, reunindo contactos intelectuais a nível internacional. Quando a Academia desejou tomar conhecimento dos manuscritos árabes presentes no mosteiro do Escorial, em Madrid, os quais podiam ser utilíssimos às indagações historiográficas, D. Maria I não hesitou em auxiliar essa missão científica [1789]. Prestes a partir para Madrid, porém, novas circunstâncias políticas urgentes conduzem-no para o norte de África.

Importa recordar que muitas das suas obras permanecem inéditas, repartidas por vários espólios, entre outra documentação que se perdeu. De todas as missões e cargos ocupados, Fr. João de Sousa foi oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha desde 1792 e ainda encontrou disponibilidade para ser mestre dos noviços no seu convento. Também se consagrara apaixonadamente ao estudo da numismática árabe²⁵, a qual se revelava de utilidade historiográfica enquanto auxiliar da História.

João Pedro Ribeiro [1758-1839]

Um dos mais elevados espíritos científicos presente nas *Memorias de Litteratura Portugueza* foi, sem dúvida, João Pedro Ribeiro [1758-1839], o qual lhe incutiu um cunho erudito extremamente vincado (*DBP*, vol. IV: 8-15, vol. X: 327-328; *PDH*, vol. VI: 263-265; AZEVEDO, 1927: 226-242; *GEPB*, vol. XXV: 593-595; *DHP*, vol. V: 341-342; *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XVI: 571-572; SILVA, 1828: 668-670; SERRÃO, 1962: 238-239). No seu duplo currículo académico e religioso, salienta-se o seu doutoramento em Cânones pela Universidade de Coimbra, tendo sido presbítero secular e cónego doutoral nas sés de Faro, Viseu e Porto²⁶, assim como juiz desembargador honorário na Casa da Suplicação e conselheiro da Fazenda. Enquanto cronista dos domínios

²⁵ SOUSA, Fr. João de – *Numismatologia, ou Breve recopilação de algumas Medalhas de Ouro, e de prata dos Califas, e dos Reis Arabes da Asia Africa e de Hespanha; as quaes foraõ achadas neste Reino de Portugal, e se conservaõ em varios Gabinetes desta Corte de Lisboa. E de outras que ultimam^{te} se acharaõ no Termo da Villa d'Alagoa no Reino do Algarve em 19. de Fevereiro de 1781...*, manuscritos. Ao que aparenta, estes estudos perderam-se.

²⁶ VITORINO, Pedro – «Acerca de João Pedro Ribeiro», separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. 4, CMP, Porto, 1938.

ultramarinos e censor régio no Desembargo do Paço, o seu crivo intelectual impôs-se entre os primeiros sócios da Academia Real das Ciências.

Aclamado como o “precursor” de Alexandre Herculano, é considerado o fundador da ciência diplomática em Portugal. Como perito no estudo dos antigos documentos, a Academia escolheu-o, apesar de não ser ainda sócio efectivo, para acompanhar Joaquim José Ferreira Gordo nas visitas aos cartórios das câmaras, igrejas, conventos e acervos regionais para recolher documentos úteis à construção da História (VITORINO, 1938). No decurso da sua “peregrinação” científica, João Pedro Ribeiro denunciou o grande atraso em que se encontravam os estudos diplomáticos. Em 1795, propôs a criação de uma Aula de Diplomática anexa à Universidade de Coimbra, a qual será criada a 6 de Janeiro de 1796, sendo João Pedro Ribeiro designado o seu primeiro Lente.

Eleito como sócio efectivo da Academia [1798], publicaria as *Observações historicas e criticas para servirem de Memorias ao systema da Diplomatica Portugueza*, a expensas da Academia nesse mesmo ano. Em 1801, conseguiu que a Aula de Diplomática fosse transferida para Lisboa, ficando instalada no Arquivo Real da Torre do Tombo, continuando a ser regida por si. João Pedro Ribeiro foi um defensor das directrizes emanadas dos *Estatutos* da Universidade [1772], essenciais para a renovação do panorama científico e dos estudos diplomáticos. No âmbito dos *Estatutos*, será notório o ímpeto dirigido para o estudo das fontes do Direito nacional, coadjuvadas ou sustentadas nos diplomas e documentação legislativa antiga. Tornara-se imperioso o exame da documentação notarial dispersa pelos arquivos para que, auxiliada pela ciência diplomática, a História pudesse despontar.

A colaboração de João Pedro Ribeiro com as *Memorias de Litteratura Portugueza* incidiu sobre as fontes jurídicas das Ordenações Filipinas, as interrogações epigráficas no mosteiro de Vairão e o impacto das *Decretais* no cômputo legislativo nacional. Culminaria com as contendas agrícolas, cujas argumentações assentavam nos documentos descobertos por si nos cartórios portugueses. Muito haveria a acrescentar sobre o fundador da ciência diplomática e um dos escritores mais eruditos da sua geração, embora a sua participação nesta colectânea tenha focado temáticas dispersas, embora com coesão historiográfica.

Joaquim de Fóios [1733-1811]

O ensaio literário que inaugura as *Memorias de Litteratura Portugueza* foi da responsabilidade do P.^e Joaquim de Fóios [1733-1811], cronista da Casa de Bragança e director da Classe de Literatura na Academia Real das Ciências (SILVA, 1840; *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV: 80-81, vol. XII: 42; *GEPB*, vol. XI: 521-522). Dado o prestígio deste académico, impunha-se que fossem suas as primeiras palavras nesta iniciativa da Academia.

Neste artigo introdutório²⁷, entendeu o P.^e Joaquim de Fóios discorreu sobre a evolução do Homem, em concordância com o pensamento de Jean-Jacques Rousseau [1712-1778], nomeadamente nas teorias do “bom selvagem” e do “homem natural”, prova da aceitação das suas ideias na cúpula da Academia. Demonstrando a importância da poesia para os estudos humanistas, o Autor procurava estabelecer uma definição para a “poesia bucólica”, assim como a História da Poesia enquanto género primordial da Literatura, anexando-a ao cômputo da Filosofia (BERNARDES, 1986).

Defendia, de modo empenhado, a propensão natural do intelecto para a Poesia desde o “estado pastoril”, ou seja, na Pré-História. Deste modo, a poesia pastoral, ou poesia bucólica, será enaltecida ao ponto do Autor propor que a poesia fosse a primeira das Ciências, o tronco de onde todos os ramos do Conhecimento haveriam de frutificar.

Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão [1767-1845]

De entre os colaboradores das *Memorias de Litteratura Portugueza* salientou-se Fr. Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão [Tavira, 1767-Lisboa, 1845], mais conhecido por Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o qual desempenhou um papel destacado como historiador e polemista (*DBP*, vol. IV: 57-59, vol. XII: 147-148; *PDH*, vol. III: 662; *GEPB*, vol. XII: 102-103; *ELBCV*, vol. IX: 108; SERRÃO, 211, 237-240; DIAS, 2012). Deu a conhecer a *Crónica da Conquista do Algarve*, de autoria incógnita, atribuída a Fernão Lopes (BASTO, 1959, 95-99;

²⁷ Este artigo será novamente reproduzido em *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo I, Typographia da Academia, Lisboa, 1797.

Crónica de Portugal de 1419: 145-159). Por ser natural de Tavira, privilegiou o cartório da sua cidade, embora tivesse inspecionado outros acervos (IRIA, 1956: 13; SABÓIA, 2009).

Frade eremita calçado de Santo Agostinho, cuja regra professou desde 1783, licenciou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra [1793]. Foi um dos primeiros sócios efectivos da Academia Real das Ciências de Lisboa, tornando-se notório por inspecionar os cartórios do reino, tarefa que desempenhou parcialmente. Nomeado freire conventual da Ordem de S. Bento de Avis, também foi abade em Santiago de Lustosa, no arcebispado de Braga. Eleito deputado às Cortes do Reino [1822], será agraciado com a comenda da Ordem de Avis. A sua vida ainda é pouco conhecida, embora um esboço biográfico escrito por João Baptista da Silva Lopes [1781?-1850] permaneça inédito (BAIÃO, 1957).

Enquanto autor do *Compêndio de Direito Natural e das Reflexões feitas em abono da verdade sobre o Correio Braziliense*, cuja reacção enérgica contra aquele periódico e a Hipólito José da Costa [1774-1823] o tornavam famoso, ainda que fossem publicadas anonimamente²⁸. Não obstante, tais manifestações só contribuíram para aumentar a popularidade do primeiro periódico brasileiro. Só restou à Coroa portuguesa proibir a entrada do *Correio Braziliense*²⁹ em Portugal e no Brasil, o que ainda o tornou mais procurado e contrabandeado. De nada adiantaram os editais de proibição para impedir a circulação de um periódico que incomodava profundamente a Corte, pelo que surgiram as *Reflexões sobre o Correio Braziliense*, de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, impressas e distribuídas às custas do Governo.

Paralelamente à intervenção política e a sua intervenção periodista, os estudos históricos de Fr. Joaquim de Santo Agostinho permanecem um modelo de erudição. Refira-se, particularmente, o seu empenho para a renovação da historiografia, contestando velhas credences e apontando novos rumos científicos para a História de Portugal. Com o progresso dos estudos paleográficos e

²⁸ Outras obras de Fr. Joaquim de Santo Agostinho: *Proposições d'Ethica e Direito Natural...*, Officina da Academia, Lisboa, 1796; *A Voz da Natureza sobre a Origem dos Governos*, vols. I-II, Impressão Régia, Lisboa, 1814 [1.ª edição: Londres, 1809].

²⁹ Foi de extrema utilidade ação a edição fac-similada do *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, por Hipólito José da COSTA, vols. I-XXXII, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001; DIAS, Eurico Gomes – *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, pp. 277-278.

diplomáticos, nos quais Fr. Joaquim de Santo Agostinho se integrava, as construções historiográficas exigiam um novo valor probatório e eminentemente científico. Na sua escrita manifesta-se uma poligrafia e um domínio filológico ímpares, reflectindo as opiniões historiográficas europeias em voga.

Joaquim Forjaz Pereira Coutinho [1712-1798]

Destacamos Fr. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho [1712-1798], eremita da Ordem de Santo Agostinho, o qual ingressou no Convento da Graça em Lisboa [1758] (BRANCO, 1854: 253; SILVA, 1828; *DBP*, vol. IV: 79-80, vol. XII: 41; *PDH*, vol. V: 627; TOPA, 2001: 173, 182). Foi mestre de Teologia, pregador de D. Pedro III, cronista da sua Província, deputado da Junta da Bula da Cruzada, tendo ascendido a prior-mor da Ordem de Avis.

Na sua actividade intelectual, sobressaem essencialmente as orações panegíricas no âmbito da Academia Real de História Portuguesa, da Arcádia de Roma e na Academia Real das Ciências de Lisboa, entre outros ateneus. Sem muito mais a acrescentar, a colaboração de Fr. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* resumiu-se a breves linhas, o mesmo aparentando suceder nas suas ligações com a própria Academia.

Joaquim José Ferreira Gordo [1758-1838]

Entre as personalidades mais conhecidas no meio científico português nos finais do século XVIII salientou-se o monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo [1758-1838], também conhecido como monsenhor Ferreira Gordo (*DBP*, vol. IV: 103, vol. XII: 81; *PDH*, vol. III: 428-429; *GEPB*, vol. XII: 593; SIMÕES, 1982: 357-368; *Guia da Biblioteca Nacional*, 1996: 16-17; DOMINGOS, 44-45). Personagem ímpar na vida bibliófila nacional, esteve ligado à criação da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Real Biblioteca Pública da Corte [1796], tendo sido o 2.º bibliotecário-mor e sucessor de António Ribeiro dos Santos³⁰. Do seu currículo

³⁰ «Memória do Doutor António Ribeiro dos Santos, Lente que foi da Faculdade de Cânones, na Universidade de Coimbra e Colegial do Real Colégio das Ordens Militares: códices 828 e 6794 da BN coligidas e relatadas por Joaquim Ferreira GORDO», com traslado e notas de João Palma-FERREIRA, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, BNL, Lisboa, 1981, pp. 159-173.

académico e eclesiástico, sobressai a sua formação em Cânones e o doutoramento em Leis pela Universidade de Coimbra. Membro do Conselho régio, mosenhor da Patriarcal de Lisboa, sócio da Academia e colegial no Colégio das Ordens Militares, entre outros cargos e obras³¹.

As primeiras iniciativas de reorganização dos arquivos nacionais datam dos inícios do século XVIII, promovidos pela Academia Real da História Portuguesa e, mais tarde, à Academia Real das Ciências. A intensificação da investigação nos cartórios insere-se no esforço de perscrutação histórica pelo racionalismo iluminista. Contando com a protecção de D. Maria I e a aprovação da Academia [1790], Joaquim José Ferreira Gordo foi escolhido para visitar os acervos madrilenos em busca de informações para a actualização da História de Portugal³². Apesar da sua intervenção além-fronteiras, só escreveria unicamente esta *Memoria*, onde expôs as razões que determinaram a sua deslocação a Madrid. Descreve aqui sucinta, mas pormenorizadamente, as suas propostas para a modernização dos estudos históricos portugueses.

Dava-nos conta que os cartórios e bibliotecas de Madrid possuíam documentos e obras extremamente proveitosas à 'História Civil e Literária' de Portugal, as quais convinha examinar para o estudo de todas as épocas históricas. Seria através dos acordos de Diogo de Carvalho e Sampaio [1750-1807], encarregado de Negócios na Corte em Madrid (*DBP*, vol. II: 151, vol. IX: 121-122), que se conseguiram as autorizações para o acesso aos acervos madrilenos, com o aval de Carlos IV [1748-1819]. Este intercâmbio sucedia-se às permissões concedidas a D. Juan Baptista Muñoz [1745-1799], o qual visitara a Torre do

³¹ Publicou, entre outros trabalhos: *Fontes Proximas da Compilação Filippina, ou Indice das Ordenações do Codigo Manuelino, e das Extravagantes, de que proximamente se derivou...*, Typographia da Academia, Lisboa, 1792 [2.^a edição corrigida e aumentada: 1829]; «Memoria sobre os judeus em Portugal», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, Parte Segunda, Typographia da Academia, Lisboa, 1823, pp. 2-35.

³² "O interesse da História pelos arquivos, enquanto repositórios de fontes de informação, já se vinha fazendo sentir desde o século XVIII. No nosso País, a criação, em 8 de Dezembro de 1720, da Academia Real da História Portuguesa foi um factor que muito estimulou a procura de documentos nos arquivos com a finalidade de servirem de base à elaboração de uma história eclesiástica do Reino. Para este fim, estiveram, ao longo de vários anos, no Arquivo da Coroa (Torre do Tombo), diversos 'oficiais paleógrafos' a recolher a documentação necessária. E, em finais de Setecentos, por acção da Academia das Ciências de Lisboa, um novo movimento veio estimular este interesse pelos arquivos, já que se preparava a edição das conhecidas 'Memórias da Academia'. Com efeito, alguns académicos – entre eles João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, Frei Joaquim de Santo Agostinho e Monsenhor Ferreira Gordo – foram incumbidos de visitar os cartórios do Reino, entre os anos de 1788 e 1794, com vista a identificar e inventariar o acervo documental conservado pelos mesmos" (RIBEIRO: 49-50).

Tombo em busca de informações sobre as possessões espanholas nas Américas (BAS, 2002: 126-128).

Monsenhor Ferreira Gordo, cujo nome e obra são frequentemente citados nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, granjeou fama a uma escala europeia. O seu espólio pessoal, ainda que rondasse [apenas!] os 3000 volumes, abundava em obras raras e fontes históricas utilizadas por inúmeros estudiosos. O seu legado como homem do Saber merece um estudo renovado urgente.

José Anastácio de Figueiredo Ribeiro [1766-1805]

Um dos ensaios historiográficos mais complexos das *Memorias de Litteratura Portuguesa* refere-se à problematização do conceito de “juiz de fora” (*DHP*, vol. III: 417-418; CAETANO, 1981, pp. 67-91) efectuado por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro [1766-1805], englobando uma nova série de estudos dedicados à História do Direito (*DBP*, vol. IV: 232-234, vol. XII: 216-217; *PDH*, vol. VI: 269-270; *GEPB*, vol. XXV: 596-597; BARREIRA, 1971: 189-200). Formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, professou na Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira [Guimarães], seguindo-se as funções como oficial supranumerário na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino [1794]. Apesar da sua curta vida, deu provas evidentiíssimas de uma ilustração superior, como patenteado em vários trabalhos nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*. Seria acolhido como sócio correspondente na Academia Real das Ciências [1790], mas está por esclarecer o afastamento compulsivo desta agremiação.

José Anastácio de Figueiredo Ribeiro era conhecido por ser um indivíduo reservado e dedicado aos estudos desde tenra idade. Talvez essas características antevissessem a sua morte precoce, aos 39 anos de idade, em resultado de uma depressão prolongada. Os seus interesses incidiram sobre o estudo do Direito Pátrio, cujas inovações documentais serão extremamente úteis para a actualização dos estudos historiográficos, também patente em *Nova Historia da Militar Ordem de Malta*³³ [1793-1800], entre outras obras.

³³*Historia da Ordem militar do Hospital, hoje de Malta, e dos senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal, fundada sobre documentos que podem supprir, confirmar ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso, etc. Parte 1.ª* Ate à morte do sr. rei D. Sancho II, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1793; IDEM – *Nova Historia da militar ordem de Malta, e dos senhores*

José António de Sá [?-1819]

No âmbito dos projectos histórico-jurídicos apoiados pela Academia Real das Ciências de Lisboa, surge-nos uma pequena *Memoria* pelo juiz José António de Sá [Bragança,?-Lisboa, 1819] acerca da origem e os atributos jurisdicionais dos corregedores (*DBP*, vol. III: 246-247, vol. XII: 236; *PDH*, vol. VI: 429-430; *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas...*, 2000: 183-184). Em sentido restrito, este trabalho complementa a reflexão de José Veríssimo Álvares da Silva³⁴ incluída igualmente nas *Memorias de Litteratura Portugueza* quanto ao direito de correição pelos juizes corregedores desde a sua implementação.

O Autor desta *Memoria* era doutor em Leis pela Universidade de Coimbra e foi lente durante algum tempo, tendo-se notabilizado na problematização de numerosas matérias jurídicas (SÁ, Lisboa: 1783; IDEM, Lisboa: 1784; IDEM, Lisboa: 1801). Indigitado como juiz-de-fora na comarca de Torre de Moncorvo, aliou parte da sua produção científica à defesa dos interesses transmontanos. Posteriormente, ascenderia a juiz desembargador da Relação do Porto, mas será indicado para superintendente-geral das Décimas da Corte e do Reino, cargo recentemente criado. Suprimindo-se rapidamente este organismo, será escolhido para superintendente-geral das Décimas de Lisboa, aí mantendo-se até à sua morte.

Foi ainda juiz conservador da Real Companhia [1802], acumulando com a direcção da Real Fábrica das Sedas e Águas Livres. José António de Sá era conselheiro honorário da Fazenda, cavaleiro professo da Ordem de Santiago, além de sócio de número da Academia. No desempenho das funções enquanto juiz corregedor na comarca de Torre de Moncorvo, das quais deixou um testemunho polémico (SÁ: 253-290; SOUSA, 1974: 223-327. IDEM, 1977; IDEM, 1998: 359-

Grãos-Priores d'ella em Portugal; fundada sobre os documentos que só pódem supprir confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso: servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade. E offerecida a S. A. R. o grão-prior actual, o Principe nosso senhor. Parte I. Até á morte do sr. rei D. Sancho II. (Refundida sobre a primeira edição de 1793.) Parte II. Até á morte do sr. rei D. Diniz. Parte III. Até os nossos dias, com o copioso indice geral de que necessita, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1800.

³⁴ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria que tambem levou Accessit, e tracta do Direito de Correiaõ usado nos antigos tempos, e nos modernos; e qual seja a sua natureza», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792.

-399), José António de Sá interessou-se pelas origens daqueles ofícios, associadas à elaboração do aparelho de Estado e à coesão jurídico-administrativa nacional (HOMEM, Julho 2009).

A vida deste ilustre jurista cruzou-se com o quotidiano de Torre de Moncorvo, num período em que a vila detinha uma predominância económica devido ao desenvolvimento agroflorestal e alguma proto-indústria, nomeadamente na produção de sedas. No exercício das suas diligências de correição, José António de Sá confrontar-se-á com abusos e outras ilegalidades, as quais descreve nesta *Memoria*, denunciando a situação miserável do povo.

Amante da liberdade e patriota exacerbado, escreveu diversos panfletos reaccionários contra Napoleão³⁵. Dotado de uma enorme coragem cívica, José António de Sá revelou um espírito moralizador e com respeito firme pela Lei.

José Diogo Mascarenhas Neto [1752-1826]

Um dos ensaios mais peculiares das *Memorias de Litteratura Portugueza* é de José Diogo Mascarenhas Neto [1752-1826] e dedicado às “antiguidades das Caldas de Vizela”, estância termal nas proximidades de Guimarães. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (*GEPB*, vol. XVI: 513; MACEDO, 1982: 134). Seguiu a magistratura, tendo sido juiz de fora de Leiria e corregedor em Guimarães. Aqui redigiria um relatório estatístico acerca das indústrias de Entre Douro e Minho, ainda inédito, embora a presente *Memoria* tenha feito parte dessa observação.

Ascenderia a juiz desembargador da Casa da Suplicação, superintendente das calçadas³⁶ e Correios, vereador no Senado da Câmara de Lisboa, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e correspondente da Sociedade do Museu de Paris, colaborando com outras instituições científicas. Envolvido no processo da *Setembrizada* [1810], conseguiu exilar-se em Inglaterra e França, regressando a Portugal após a Revolução Liberal (SORIANO, 1874: 91-96; *DHP*, vol. V: 554-557).

³⁵ *Demonstração Analytica dos barbaros, e inauditos procedimentos adoptados como meios de justiça pelo Imperador dos Francezes...*, 1810. Esta obra saiu com o título *De feza dos Direitos Nacionaes e Reaes da Monarquia Portugueza*, 2.^a edição, vols. I-II, Impressão Régia, Lisboa, 1816. Este livro incitou a veia satírica do P.^e José Agostinho de Macedo, nomeadamente na *Besta Esfolada*. Veja-se *Um Portuguez aos Portuguezes*, n.os 1-6, Impressão Régia, Lisboa, 1810-1814.

³⁶ Encarregue pela Coroa de dirigir a construção de estradas entre Lisboa e Porto, tarefa altamente elogiada, publicaria *Methodo para construir as estradas em Portugal*, Officina de António Álvares Ribeiro, Porto, 1790.

No circuito dos periódicos portugueses publicados entre os emigrados políticos em Paris após as Invasões Francesas, destacou-se os *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, publicados por uma “Sociedade de Portuguezes residentes em Paris”, em 16 volumes trimestrais entre Julho de 1818 e meados de 1822 (DIAS: 402-403). Este periódico, no qual foram compilados trabalhos científicos, foi fundado pelo mesmo José Diogo Mascarenhas Neto, coadjuvado por Francisco Solano Constâncio³⁷ [1777-1846] e Cândido José Xavier Dias da Silva [1769-1833] (DBP, vol. II: 28-29), seguindo-se posteriormente Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque [1792-1846] (DBP, vol. V: 323; vol. XVI: 71).

Ao final desta *Memoria*, José Diogo Mascarenhas Neto reafirma a vontade de continuar as escavações em Caldas de Vizela, mas as vicissitudes do Inverno não lho teriam permitido, prometendo retomar os trabalhos na Primavera seguinte. Tal intento não foi cumprido, pois haveria de regressar a Lisboa, mas deixando esta *Memoria* como testemunho da sua intervenção na comarca de Guimarães.

José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos [1721-1793]

Nas *Memorias da Litteratura Portuguesa* salientou-se um apelo do académico José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos [1721-1793], mais conhecido por outras iniciativas da Academia Real das Ciências (*Bibliotheca Lusitana*, vol. III: 795; vol. IV: 192; DBP, vol. IV: 414-415; GEPB, vol. IV: 310; ELBCV, vol. XXXIX: 105-106; SILBERT: 308). As suas qualidades científicas foram manifestas nas áreas económicas, embora possuísse interesse pela investigação historiográfica.

No decurso das suas perscrutações científicas, deparara-se com um documento da chancelaria de D. Manuel I endereçado a Afonso de Albuquerque [1453-1515], proveniente do cartório de Alcobaça, mas primeiramente depositado no Arquivo Real da Torre do Tombo, mas actualmente desaparecido. Com base neste documento, o Autor reflectiu sobre o vice-reinado de Afonso de Albuquerque, tentando fornecer novas hipóteses sobre as dissensões entre o monarca e aquele distintíssimo vassalo, que a História de Portugal tanto enalteceu.

Desde tenra idade, o Autor abraçou a vida militar, mas por iniciativa de João Baptista Carbone [1694-1750] (CARDOSO, 1956) será enviado para a Corte

³⁷ Relembramos o contributo historiográfico de Francisco Solano Constâncio em *O Observador Lusitano em Pariz, ou Collecção Litteraria, Politica, e Commercial*, P. N. Rougeron, Paris, 1815.

londrina com António Freire de Andrade Encerrabodes [1699-1783] (MIRANDA, 2004: 93-134). Dedicado inicialmente ao estudo da História e da língua francesa, travou conhecimento com o astrónomo Joseph Nicolas Delisle [1688-1768], com quem aprofundou o estudo das Matemáticas, Astronomia e Geografia no observatório instalado no Palácio de Cluny, onde elaborou um grande número de observações (CARVALHO, 1967). Eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Paris e da Academia de Belas Letras de Berlim, entre outras agremiações.

Desde 1755, José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos desejava regressar a Portugal, mas permaneceria por Paris, encarregado por D. José I de adquirir bibliografia útil para o desenvolvimento científico nacional, tendo reunido cerca de 2000 volumes. Entretanto, o marquês de Pombal serviu-se dos seus serviços como espião na Corte francesa no decorrer da Guerra dos Sete Anos [1756-1763]. Nomeado secretário da embaixada em Paris [Fevereiro de 1761], regressaria a Portugal sem autorização superior, o que lhe valeu a animosidade do marquês de Pombal, cessando abruptamente a sua carreira diplomática. Retirou-se para Sesimbra, onde se dedicou aos estudos sobre as pescas e o sal de Setúbal (VASCONCELOS, 1789: 10-31), a extracção do óleo das sardinhas, os vestígios arqueológicos gregos e romanos em Tróia, entre outras curiosidades.

Na verdade, José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos foi um reconhecido astrónomo, geógrafo, economista e político, considerado o fundador da Demografia em Portugal, enquanto lente de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra. A 4 de Julho de 1780 participou na primeira sessão da Academia, onde apresentou uma comunicação sobre *huas novas reflexões sobre o movimento progressivo da Luz pelos espaços celestes*³⁸, sendo eleito sócio efectivo da Classe de Ciências na sessão preparatória, a 16 de Janeiro desse ano, pelo que em 21 de Junho de 1789 era eleito como sócio supranumerário.

Prenunciadores dos estudos económicos e demográficos, destacou-se pelo pendor científico das suas observações (FARIA, 1899). Aplicou o cálculo das probabilidades às questões económico-políticas portuguesas, tendo em consideração a duração e a esperança de vida, no campo dos estudos populacionais

³⁸ «Portugueses Ilustres. Ribeiro Sanches e Soares de Barros...», prefácio, introduções e notas de António FERRÃO, separata do *Boletim de Segunda Classe*, vol. XX, ACL, Lisboa, 1936, pp. 95-97.

(VASCONCELOS, 1789: 123-151; IDEM, 1799: 306-321). Mas a paixão pela História também nortearia as suas pesquisas pela verdade científica.

José Veríssimo Álvares da Silva [1744-1811]

Nas *Memorias de Litteratura Portugueza* quase não existem trabalhos sem a indicação da sua autoria. Apesar dessa omissão, sabe-se que a *Memoria* que discorre sobre o “direito de correição” (BLUTEAU: 563-564) será de José Veríssimo Álvares da Silva [1744-1811] (*PDH*, vol. I: 374-375; *GEPB*, vol. II: 206), segundo defendeu, entre outros, Inocêncio Francisco da Silva [1810-1876] (*DBP*, vol. V: 151-152).

Professor jubilado em Filosofia e Latinidade, era natural de Abrantes e residia em Tomar, contando-se entre os primeiros sócios da Academia Real das Ciências. Detido sob a acusação de jacobinismo e de aceitar um cargo governamental durante o tempo em que Tomar esteve ocupada pela divisão francesa comandada por Pierre Margaron (QUÉRARD, 1833: 528). Não obstante alegar que evitara em Tomar o mesmo destino de Leiria, pesadamente saqueada e queimada (ESTRELA, 2009), aguardava o cumprimento da pena quando faleceu, nesse presídio, a 10 de Maio de 1811. Instruído nas ciências físicas e económicas (NOVAIS, 2005: 171; *Notícias Históricas de Portugal e do Brasil (1751-1800)*, 1964: 249), como revela nos trabalhos publicados, afora outros inéditos extraviados após a sua morte, é notória a sua predilecção pelas temáticas económicas e sociais³⁹, apuráveis noutras colaborações enquanto sócio da Academia e figura próxima de D. João Carlos de Bragança⁴⁰, duque de Lafões. Os escritos de José Veríssimo Álvares da Silva nestas *Memorias* versaram, principalmente, sobre o conceito de “correição” ou, num sentido mais restrito, no “direito da correição”.

³⁹ O primeiro trabalho premiado foi «Memoria sobre a cultura das Vinhas, e sobre os Vinhos», in *Memorias de Agricultura...*, vol. I, 1788, pp. 1-101. Seguiu-se «Memoria das verdadeiras causas porque o Luxo tem sido nocivo aos Portuguezes», in *Memorias Economicas*, vol. I, 1789, pp. 207-222. Quanto aos trabalhos póstumo: «Observações Botanico-Meteorologicas do anno de 1800 feitas em Thomar», in *Memorias Economicas*, vol. V, 1815, pp. 138-144; «Memoria Historica sobre a Agricultura Portugueza considerada desde o tempo dos Romanos até ao presente [1782]», in *Memorias Economicas*, vol. V, pp. 194-256.

⁴⁰ José Veríssimo Álvares da Silva refere-se a D. João Carlos de Bragança, como “a man well Know in the litterary World”, citando o disposto em *The Monthly Review; or Literary Journal Enlarged*, vol. XXVI, Ralph Griffiths, Londres, Outubro 1798.

Era necessário possuir coragem para criticar abertamente advogados, magistrados e oficiais da justiça. Seguidamente, acusou os “homens atrevidos”, “os ricos” e “os valentes”, indivíduos que pela riqueza, as ligações políticas e o oportunismo conseguem ludibriar as malhas da justiça. O forte sentimento anti-senhorial e anticlerical de José Veríssimo Álvares da Silva deve-lhe ter granjeado inimigos, ou quais, certamente, estiveram envolvidos no seu final trágico de vida. Apesar de tudo, as suas reflexões historiográficas são de uma natureza simples, quando comparadas com outros trabalhos nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, sendo notório o seu espírito contestatário.

Pedro José de Figueiredo [1762-1826]

Talvez a reflexão mais desconcertante de todas as *Memorias da Litteratura Portuguesa* seja a “dissertação histórico-jurídica” em abono da legitimidade de D.^a Teresa, mãe de D. Afonso Henriques. Embora a autoria desta *Memoria* não esteja devidamente determinada, sabe-se que será de Pedro José de Figueiredo [1762-1826] (SÁ, 1848: 1-7). Ainda que a sua biografia seja algo nebulosa, sabe-se que estudou latim e grego, mas ainda Filosofia, História e Retórica no colégio irlandês de S. Patrício, em Lisboa (*Dicionário da História de Lisboa*: 814-815).

Posteriormente, leccionaria estas disciplinas no seminário do Patriarcado, em Santarém, sendo reconhecido como individualidade devota aos estudos, mesmo ser ter frequentado a Universidade (ANICETO, Lisboa: 2011). Foi primeiramente admitido na Academia Real das Ciências de Lisboa na qualidade de sócio correspondente, sendo indigitado como revisor literário da *officina* tipográfica, cargo que desempenhou alguns anos, ascendendo a sócio efectivo na Classe de Literatura (MACHADO: 117). Participou em algumas comissões de censura após a Revolução Liberal de 1820, continuando a ser um divulgador da História de Portugal na imprensa periódica, assinando a edição dos *Retratos e Elogios dos Varões, e Donas*⁴¹ [1806-1825], conhecido pelas suas esplêndidas ilustrações. Apesar de afirmar-se mais linguista do que historiador, possuía uma paixão pelos

⁴¹*Retratos e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portuguesa em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim Nacionaes, como Estranhos, tanto Antigos, como Modernos. Offerecidos aos Generosos Portuguezes*, por Pedro José de FIGUEIREDO [et al.], vol. I, Officina de Simão Thaddeo Ferreira/Impressão Régia, Lisboa, 1806-1825.

tempos medievais, embora a sua faceta polemica seja a mais conhecida (FIGUEIREDO, 1799, 1804, 1811, 1817, 1837; IDEM, 1808 IDEM, 1821).

Pouco favorecido pela fortuna, Pedro José de Figueiredo viveria da caridade. Após doença prolongada, faleceu a 11 de Fevereiro de 1826. Afirma-se que num acesso de fúria, queimara uma parte dos seus manuscritos pouco antes de morrer, de modo evitar a sua publicação. Estes apontamentos incluiriam anotações bibliográficas preciosas para complementar a *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, segundo se pensa. A sua biblioteca pessoal seria adquirida por D. João Inácio da Fonseca Manso [1761-1834], 18.^o bispo de Leiria, e doada ao Seminário da cidade (NETO, 2010: 136).

Sebastião Francisco de Mendo Trigozo Homem de Magalhães [1773-1821]

No decurso das iniciativas para a revisão historiográfica dos Descobrimentos portugueses, um ensaio de Sebastião Francisco de Mendo Trigozo Homem de Magalhães [1773-1821] tentou recuperar a memória histórica da família Corte-Real, celebrizada pelas suas navegações no Atlântico Norte (SÁ, 1825: LXVII-XC; *DBP*: 208-209; *GEPB*, vol. XXXII: 845-846). Este ensaio seria lido publicamente em meados de 1813, não deixando o Autor de prometer uma nova exposição ampliada, em virtude da profundidade do tema, então quase esquecido.

Além de fidalgo com assento na Casa Real, Sebastião Francisco de Mendo Trigozo [abreviando-se o seu nome completo, como o próprio habitualmente o assinalava] frequentou o Colégio Real dos Nobres e completou o bacharelato em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Aquando a reacção ao invasor francês, chegou a ser nomeado tenente-coronel do Regimento de Voluntários Reais de Milícias a Cavalos de Lisboa, corpo militar que não chegou a organizar-se, sendo substituído pelo Regimento de Voluntários Reais do Comércio [1809].

Além de sócio e um dos primeiros secretários da Academia (RIBEIRO, 1873: 129-130), com quem sustentou uma colaboração profícua⁴², são de registar as suas

⁴²Algumas obras, comentários e traduções críticas: *Hypolito, tragedia de Seneca, e Phedra, tragedia de Racine, com a traducção em verso portuguez...*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1813. Ficaram ainda inéditos, ainda que se suspeite do extravio de outros trabalhos do Autor, os quais foram aceites pela Academia: *Viagem de Lisboa à ilha de S. Tomé, escrita por um piloto português*, prefácio de Augusto Reis MACHADO e tradução de Sebastião Francisco de Mendo Trigozo Homem de MAGALHÃES, Portugália Editora, Lisboa, 1960; CADAMOSTO, Luís de - *Viagens*,

diligências como censor régio na Mesa do Desembargo do Paço e nas comissões de censura criadas após a Revolução Liberal de 1820. Um ataque fulminante de gota e os excessos de trabalhos terão acelerado a sua morte, a 18 de Maio de 1821, no dia em que completava 48 anos.

Tomás António de Vila Nova Portugal [1755-1839]

Um dos trabalhos académicos mais complexos das *Memorias de Litteratura Portugueza* seja a *Memoria* intitulada-se «Qual foi a Origem, e quaes os Progressos, e as Variações da Jurisprudencia dos Morgados em Portugal?», de Tomás António de Vila Nova Portugal [Tomar?/Lisboa?, 1755-Lisboa, 1839] (*DBP*, vol. VII: 333-335; MORAES, 1864; *Portugal. Diccionário Histórico...*, vol. V: 1015-1016; *GEPB*, vol. XXII: 883). Esta reflexão seria premiada pela Academia a 12 de Maio de 1791 e recitada em três sessões públicas ao longo desse ano. Evidenciando a problematização das origens dos «morgados», ou «morgadios», retrata a sua evolução e jurisprudência nas ordenações legislativas portuguesas e europeias. A qualidade intelectual deste trabalho continua a ser uma referência jurídica.

Tomás António de Vila Nova Portugal era doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, iniciando a sua carreira como juiz desembargador no Tribunal da Relação do Porto. Ascendeu a juiz desembargador da Casa da Suplicação, onde atingirá a categoria de juiz desembargador dos Agravos. Em 1807 será nomeado como juiz desembargador ordinário do Desembargo do Paço, integrando os quadros deste tribunal no Rio de Janeiro. Personalidade eminente nos últimos anos do reinado de D. João VI, reuniu sob a sua alçada as pastas ministeriais do Reino, da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Marinha, concentrando todo o mecanismo governativo.

Absolutista irredutível, Tomás António de Vila Nova Portugal contestou a reacção branda à sublevação liberal de 24 de Agosto de 1820. Defendeu a necessidade de recorrer à força para subjugar os revoltosos, pois, no seu entender, quaisquer cedências colocavam em perigo o trono e a pessoa do monarca. Nessa convicção, tentou dissuadir D. João VI de regressar a Portugal, o que,

efectivamente, não conseguiu. Ainda que fosse fidalgo e comendador das ordens de Avis e da Torre e Espada, após o seu regresso a Lisboa morreu na miséria, a 16 de Maio de 1839.

Vicente José Ferreira Cardoso da Costa [1765-1834]

Na sequência dos projectos historiográficos da Academia Real das Ciências de Lisboa, especialmente no âmbito jurídico, surge-nos uma *Memoria* consagrada à aplicabilidade/utilidade, ou não, das legislações portuguesas nos ofícios juristas até aos finais do século XVIII. Da autoria do académico Vicente José Ferreira Cardoso da Costa [Baía, 1765-Ponta Delgada, 1834], seria o único ensaio editado nas *Memorias de Litteratura Portugueza (Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. VII: 427-432, vol. XX: 7-8; MACHADO, 1846; *PDH*, vol. II: 755; *GEPB*, vol. V: 910-911). Magistrado, político e intelectual constitucionalista, publicou elogios laudatórios e peças jornalísticas versando o Direito e a Política, nomeadamente como director do periódico *O Velho Liberal* [1821-1826] (*Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, vol. II: 321; ALVES, 2000: 111-115).

Como doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, leccionou algumas disciplinas sobre História do Direito, mas optaria pela carreira jurídica e seria nomeado juiz desembargador no Tribunal da Relação do Porto, entre outras responsabilidades públicas. No decurso das Invasões Francesas, foi acusado de jacobinismo devido às suas ligações à Maçonaria e por simpatia com as ideias revolucionárias. Por conseguinte, é detido no processo da *Setembrizada* e acusado igualmente de colaboracionismo com o invasor (NEVES, 2003).

Recolhidos ao Forte de São Julião da Barra, em Lisboa, a maior parte dos prisioneiros foram embarcados na fragata *Amazona*, sob escolta britânica, para a ilha Terceira, nos Açores. Entre os detidos encontravam-se, além do Autor, vários intelectuais que contribuíram para o Liberalismo, entre os quais Domingos Vandelli, Manuel Ferreira Gordo, José Sebastião de Saldanha de Oliveira e Daun [1777-1855] (DAUN, 1829), Jácome Ratton⁴³ [1736-1820], entre outros. A chegada da *Amazona* desencadeou distúrbios na cidade de Angra [26 de Setembro de

⁴³ *Recordacoens de Jacome Ratton... sobre occurrencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sesenta e tres annos e meio, alias de Maio 1747 a Setembro de 1810 que rezidio em Lisboa...*, H. Bryer, Lisboa, 1813.

1810], dado transportar proscritos acusados de “jacobinos, maçónicos e herejes”, os quais conspirariam para a “destruição da Santa Religião e do Reino”. Os detidos permaneceriam exilados aqui alguns anos, constituindo o núcleo dos “deportados da *Amazona*”, cruciais na instauração do regime liberal no arquipélago e fazendo da ilha Terceira⁴⁴ um dos bastiões contra as forças absolutistas de D. Miguel.

Consequentemente, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa fixar-se-ia nos Açores, estabelecendo uma das famílias mais prestigiadas de Ponta Delgada. Regressaria a Lisboa com o intuito de “limpar” o seu bom nome e contribuir para a causa constitucional [1822 e 1826], mas não conseguiria alcançar tais intentos. Retira-se para a ilha de S. Miguel, dedicando-se quase exclusivamente aos negócios familiares e abandonando os estudos literários, políticos e jurídicos, embora alguns destes trabalhos permaneçam inéditos⁴⁵.

Anónimo[s]

Existe apenas uma *Memoria*⁴⁶, entre os 8 volumes das *Memorias de Litteratura Portugueza* [1792-1814], que não se encontra identificada, malogrados os esforços para descobrir a sua autoria. É de estranhar não se encontrar assinada, dado que a identificação dos autores era uma prática comum nas edições da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Com o passar do tempo, seria, não poucas vezes, uma exigência dos autores, se bem que existiam colaborações pautadas pelo anonimato. Sem que consigamos indagar a sua autoria, esta *Memoria* fornece um quadro geral da sociedade agrária portuguesa baseada no binómio população/agricultura.

Apostava na protecção da agricultura e no [re]povoamento do país, de modo a contribuir para a retoma económica, numa época francamente difícil. Importava

⁴⁴Alguns vieram a falecer no cativeiro, mas em 1814, em sinal de regozijo pela queda de Napoleão, o Príncipe Regente D. João concedeu ampla amnistia a todos os prisioneiros políticos no reino, notícia que chegou a Angra já em 1815. Apenas alguns dos presos foram autorizados a regressar a Portugal (MAIA, 1930: 365-373).

⁴⁵Foi nas terras do Cabouco, na ilha de São Miguel, que o juiz desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa fez as primeiras experiências com a cultura do tabaco. Mandou recolher semente de tabaco e fez experiências na Quinta do Tanque e no Nordeste. *Considerações sobre o proveito da cultura do tabaco em São Miguel pelo Doutor Vicente José Ferreira Cardoso*, Typographia do Correio, Ponta Delgada, 1848.

⁴⁶«Memoria para a Historia da Agricultura em Portugal», tomo II, 1792: 5-45.

enaltecer a História da Agricultura para prevenir as sensibilidades políticas quanto às questões agrárias, preocupação antiga na vida nacional.

Epílogo

No âmbito da nossa leitura crítica às *Memorias de Litteratura Portugueza*, rapidamente nos apercebemos da necessidade daquela agremiação científica em rever as correntes de opinião historiográfica até àquele momento. Ao longo de toda a sua publicação, estas *Memorias* apresentaram modelos vivos da História, extraordinariamente fundamentados acerca de uma determinada ocorrência ou circunstância histórica. Conseguiram, portanto, tornar a História uma verdadeira disciplina científica e respeitada pela comunidade académica, ainda que fosse, compreensivelmente, um universo diminuto.

À excepção das notícias referentes a assuntos coevos, poucos foram os trabalhos coligidos nas *Memorias de Litteratura Portugueza* que não tivessem directamente arrolados em passagens históricas. Em todos estes apontamentos, ultrapassando a sua pluralidade e directrizes próprias, os autores fizeram remontar a defesa de certas proposições aos mais diversos tempos históricos. Era, pois, a convicção em como nos tempos remotos residia a legitimidade e a explicação para as várias opções estratégicas que, à sua contemporaneidade, foram protegidas pela Academia Real das Ciências.

Salientamos a conexão entre os avanços da historiografia nacional e a sua expressão no grande movimento científico europeu, pese o seu carácter periférico. Indagamos, especialmente, qual o papel da Academia Real das Ciências na produção de conhecimentos histórico-científicos e a sua disseminação através da imprensa periódica, sem deixar de referir as conferências científicas e pedagógicas. A História surgiu, nestes meandros, apostada em defender a sua futura “utilidade” e “legitimidade”, privilegiando a busca incessante pelo seu valor probatório. Quantas transformações assistiu a civilização ocidental entre 1779 e 1820 e nas quais a Ciência, tal como todas as áreas da Erudição [e do Poder], se metamorfosearam para uma nova didáctica da História.

A crescente divulgação científica e as novas tendências historiográficas europeias marcaram profundamente a Ciência em Portugal, manifestando-se espe-

cialmente na própria «escrita» da História. Através da troca de informações e o esforço de vulgarização dos novos estudos agrícolas, técnicos e economicistas na *República das Letras*, a ciência histórica transitou de uma esfera restrita para um plano mais alargado na sociedade.

Marcos cruciais de uma classe erudita que despontou nos finais do *Século das Luzes*, despontaram caminhos para a actualidade (AMARAL, 2003). Foi esta a razão deste esforço intelectual, em que as afinidades das ciências de incidência histórica e a construção historiográfica se constituem como um objectivo primordial. Finalizamos o nosso empreendimento confessando a ambição de contribuir positivamente para esta área histórico-científica. Não deixa, contudo, de ser um simples ponto de partida para investigações futuras.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Bibliotheca araujiana ou catalogue des livres de la bibliothèque de son Excellence, Monsieur le Commandeur d'Araujo d'Azevedo, Envoyé Extra-ordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Son Altesse Roiale le Prince Régent de Portugal prés de la Cour de Russie... placée à la maison du bois, prés de la Haye en Septembre 1802 et confiée á..., manuscrito.

Memoria em defeza de Camoens contra Monsei[gn]eur de La Harpe... manuscrito, c. 1780-1817.

Periódicos

Correio Braziliense ou Armazem Literario, por Hipólito José da COSTA, vols. I-XXXII, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001 [edição fac-símile].

Gazeta de Lisboa, Impressão Régia, Lisboa, 1829.

Jornal de Coimbra, vol. XI, Parte II, Impressão Régia, Lisboa, 1817.

Jornal Encyclopedico, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, Maio de 1790.

O Observador Lusitano em Pariz, ou Collecção Litteraria, Politica, e Commercial, P. N. Rougeron, Paris, 1815.

O Velho Liberal, n.ºs 1-16, Typographia do Galhardo, Lisboa 1821-1826.

Retratos e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portuguesa em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim Nacionaes, como Estranhos, tanto Antigos, como Modernos. Offerecidos aos Generosos Portuguezes, por Pedro José de FIGUEIREDO [et al.], vol. I, Officina de Simão Thaddeo Ferreira/Impressão Régia, Lisboa, 1806-1825.

The Monthly Review; or Literary Journal Enlarged, vol. XXVI, Ralph Griffiths, Londres, Outubro 1798.

Um Portuguez aos Portuguezes, n.ºs 1-6, Impressão Régia, Lisboa, 1810-1814.

Fontes Impressas

A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos Arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc., publicada e largamente prefaciada por António BAIÃO. Lisboa: Academia das Ciências, 1934.

CADAMOSTO, Luís de. *Viagens*, introdução e notas de tradução de Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de MAGALHÃES. Lisboa: Portugália Editora, 1960.

Correspondência oficial relativa à comissão de que foi encarregado o doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa sobre os melhoramentos da ilha de S. Miguel, em 1824-1828. Ponta Delgada: Typographia do Archivo, 1881.

Crónica de Portugal de 1419, introdução e notas de Adelino de Almeida CALADO. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

Documentos referentes ao governo da Praça de Mazagão, 1758-1796 [cartório dos Condes da Cunha]. Catálogo, organização de Raúl da Silva VEIGA. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1982.

Fontes Proximas da Compilação Filippina, ou Indice das Ordenações do Codigo Manuelino, e das Extravagantes, de que proximamente se derivou.... Lisboa: Typographia da Academia. 1792 [2.^a edição corrigida e aumentada: 1829].

Instituições Oratorias de M. Fabio Quintiliano, escolhidas, traduzidas e ilustradas com notas críticas de Jerónimo Soares BARBOSA, vols. I-II. Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788-1790.

Lettres de Diogo Ratton a António de Araújo de Azevedo, Comte da Barca (1812-1817), edição de Nuno Daupias de ALCOCHETE, «Memórias e Documentos para a Historia Luso-Francesa», n.º 12, FCG/CCP, Lisboa/Paris, 1973.

Phædri Augusti Liberti Fabularum Æsopiarum..., Livro I. Madrid: Imprenta de Joaquin Ibarra, 1775.

Viagem de Lisboa à ilha de S. Tomé, escrita por um piloto português, prefácio de Augusto Reis MACHADO e tradução de Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de MAGALHÃES, Lisboa: Portugália Editora, 1960.

Obras de Referência

Arte da Grammatica Portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro.... Lisboa: Impressão Régia, 1799 [Lisboa, 2.^a edição, 1804; Lisboa, 3.^a edição, 1811; Baía, 1817, Lisboa, 4.^a edição, 1837].

BARROS, João de. *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimto e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Primeira Década*. Lisboa: INCM, 1988 [fac-símile da 4.^a edição revista e prefaciada por António BAIÃO conforme a edição *princeps*, «*Scriptores Rervm Lvsitanarvm*» (Série A), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932].

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino...*, vols. I-VIII. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

Diccionario Bibliographico Portuguez, estudos de Inocêncio Francisco da SILVA aplicáveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por P. W. de Brito ARANHA, vols. I—XXIV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923 [reprodução fac-similada da edição da INCM, 1972].

Dicionário da História de Lisboa, direcção de Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA. Lisboa: [s. n.], 1994.

Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel SERRÃO, vols. I-VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002.

Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo, vols. I-XVIII. Lisboa: Editorial Verbo, 1963-1976.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vols. I-XL. Lisboa: Editorial Enciclopédia/Página Editora, 1998.

Guia da Biblioteca Nacional, coordenação de Fátima LIBÓRIO. Lisboa: LBNL, 1996.

Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX, coordenação e organização de Gina Guedes RAFAEL e Manuela SANTOS, prefácio de José TENGARRINHA, vol. I. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana...*, vols. I-IV, Atlântida, Coimbra, 1965—1967. Lisboa: [fac-simile da edição da Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759].

Memorias de Agricultura..., vols. I-II. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1788-1791.

Memorias de Litteratura Portugueza, vols. I-VIII. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1792-1814.

Memorias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo II. Lisboa: Typographia da Academia, 1799.

Memorias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo III, Parte I. Lisboa: Typographia da Academia, 1812.

Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815), introdução e direcção de José Luís CARDOSO e prefácio de M. Jacinto NUNES, vols. I-V, «Obras Clássicas do Pensamento Económico Português», n.º 1. Lisboa: Banco de Portugal, 1990-1991.

Memorias Economicas..., vols. I-V. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1789-1815.

Notícias Históricas de Portugal e do Brasil (1751-1800). Lisboa: Universidade de Coimbra, Coimbra, 1964.

Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento. Guia Histórico, direcção de Bernardo Vasconcelos e SOUSA, com autoria de Isabel Castro PINA, M.^a Filomena ANDRADE e M.^a Leonor Silva SANTOS. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

Portugal. Diccionario Historico..., por Esteves PEREIRA e Guilherme RODRIGUES, vols. I—VII. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1904-1915.

RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo. *Historia da Ordem militar do Hospital, hoje de Malta, e dos senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal, fundada sobre documentos que podem supprir, confirmar ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso, etc.* Parte 1.^a Ate á morte do sr. rei D. Sancho II. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.

Nova Historia da militar ordem de Malta, e dos senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal; fundada sobre os documentos que só pódem supprir confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso: servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade. E offerecida a S. A. R. o grão-prior actual, o Principe nosso senhor. Parte I. Até á morte do sr. rei D. Sancho II. (Refundida sobre a primeira edição de 1793.) Parte II. Até á morte do sr. rei D. Diniz. Parte III. Até os nossos dias, *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo I. Lisboa: Typographia da Academia, 1797.

RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, vols. II-III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1872-1873.

SORIANO, Simão José da Luz. *Historia da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal... desde 1777 até 1834*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

SOUSA, Fr. João de. *Vestigios da Lingoa Arabica em Portugal, ou Lexicon Etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arabica...*, aumentado e anotado por Fr. José de Santo António MOURA. Lisboa: Typographia da Academia, 1830 [edição fac-símile, Alcalá, Lisboa, 2004; 1.^a edição: 1789].

Estudos

«Memória do Doutor António Ribeiro dos Santos, Lente que foi da Faculdade de Cânones, na Universidade de Coimbra e Colegial do Real Colégio das Ordens Militares: códices 828 e 6794 da BN coligidas e relatadas por Joaquim Ferreira GORDO», com translado e notas de João Palma-FERREIRA, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1. Lisboa: BNL, 1981.

«Memoria sobre os judeus em Portugal», In: *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, Parte Segunda. Lisboa: Typographia da Academia, 1823.

«Portugueses Ilustres. Ribeiro Sanches e Soares de Barros...», prefácio, introduções e notas de António FERRÃO, separata do *Boletim de Segunda Classe*, vol. XX. Lisboa: ACL, 1936.

ABRANTES, António. *Instituições da Lingoa Arabiga*. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1774.

Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779. Lisboa: ACL, 1999.

ALVES, José Augusto dos Santos. *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa: UAL, 2000.

AMARAL, Ilídio do. Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa, In: *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Letras*. Lisboa: ACL, [s. d.].

_____. *As Academias de Ciências na contextura da globalização*. Lisboa: [s. n.], 2003.

ANICETO, Ricardo. *O Seminário Patriarcal de Santarém: história, currículos, alunos e professores de 1780 a 1853*, Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado, 2011.

AZEVEDO, António de Araújo de. *Ode a Dryden para o dia de Santa Cecilia*, Hamburgo?, 1799.

_____. *Osmia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1788.

AZEVEDO, Pedro de. Linhas gerais da história da diplomática em Portugal, In: *O Instituto*, vol. LXXIV, 4.ª série. Coimbra: Imprensa da Universidade, 192.

BAIÃO, António. O elogio académico de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, um inédito de João Baptista da Silva Lopes, separata de *Correio do Sul*. Faro: [s. n.], 1957.

BARREIRA, Aníbal. José Anastácio de Figueiredo: sua contribuição para a cientificação da História de Portugal, In: *Revista da Faculdade de Letras: História*, n.º 2. Porto: FLUP, 1971.

BARREIROS, José Baptista. O tratado de paz de 10 de Agosto de 1797 e a prisão de António de Araújo de Azevedo no Templo, separata de *Independência*, Ano 18. Braga: [s. n.], 1958.

BARROCA, Mário Jorge. O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim no Mosteiro de Castro de Avelãs, In: *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XIII. Porto: FLUP, 1996.

BAS, Nicolás. *El Cosmógrafo e Historiador Juan Bautista Muñoz (1745-1799)*. Valencia: Universitat de Valencia, 2002.

BASTO, Artur de Magalhães. Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”, separata de *Acta Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.

_____. João Pedro Ribeiro e a historiografia nacional: conferência pronunciada em 4 de Janeiro de 1939, nos “Estudos Portugueses”, na sessão solene comemorativa do I Centenário da morte de João Pedro Ribeiro, separata de *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º 2, CMP, Porto, 1939.

BERNARDES, José Cardoso. *Dialécticas da enunciação e do enunciado na poesia bucólica portuguesa: a Écloga do Renascimento e do Maneirismo*, dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa. Coimbra: FLUC, [texto policopiado] Coimbra, 1986.

BRAGA, Isabel Mendes Drummond. *Missões diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII: os relatos de Frei João de Sousa*, com transcrição de Ricardo Pessa de OLIVEIRA. Lisboa: Centro de Estudos Históricos [UNL]/Artes & Letras, 2008.

BRANCO, José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo. *Estudos biográficos ou notícia das pessoas retratadas nos quadros históricos pertencentes à Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Lisboa: F. A. da Silva, 1854.

BRAZÃO, Joaquina Augusta. *António Ribeiro dos Santos*, tese de licenciatura em Filologia Românica. Lisboa: FLUL, [versão policopiada], 1943.

CAETANO, Marcello. *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*, 2.ª edição. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981.

CANAVEIRA, Manuel. A legitimação histórica da monarquia absoluta na obra do Padre António Pereira de Figueiredo, separata da *Revista da FCSH*, n.º 5, FCSH-UNL, Lisboa, 1991-1992.

CARDOSO, Bernardino Ferreira. *O Pe. João Baptista Carbone, S. J. na corte do Magnânimo: subsídios para uma história diplomática do reinado de D. João V*, tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas. Lisboa: FLUL, [versão policopiada], 1956.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARNEIRO, Ana. *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, «História e Filosofia da Ciência», n.º 10, Porto Editora, Porto, 2006.

CARNEIRO, Ana; DIOGO, M.ª Paula; SIMÕES, Ana. Imagens do Portugal setecentista. Textos de estrangeiros e de viajantes. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n. 22, Celta, Lisboa, 2000.

CARRILHO, Manuel Maria. O empirismo analítico de Condillac. Lisboa: separata de *Cultura, História e Filosofia*, Centro de História da Cultura, 1983.

Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da villa de Santarem, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade, ou incerteza da morte d'el-rei D. Sebastião XVI. Rei de Portugal na batalha de Alcacerquibir em Africa, Officina de João Evangelista Garcez, Lisboa, 1808.

CARVALHO, Rómulo de. *Relações científicas do astrónomo francês Joseph-Nicolas de l'Isle com Portugal*. Coimbra: [s. n.], 1967.

CARVALHO, Ruy Galvão de. O Espólio Poético do Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XLI, BGUC, Coimbra, 1992.

CASTRO, Zília Osório de. *O Regalismo em Portugal: António Pereira de Figueiredo*. Lisboa: Centro de História da Cultura/UNL, 1987.

CAVROÉ, Pedro Alexandre. António Ribeiro dos Santos, In: *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémosine Lusitana*, vol. II, Impressão Régia, Lisboa, 1817.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Portuguezes Illustres*, 2.^a edição revista e aumentada. Lisboa: Livraria de A. Ferin, 1873.

Considerações sobre o proveito da cultura do tabaco em São Miguel pelo Doutor Vicente José Ferreira Cardoso. Ponta Delgada: Typographia do Correio, 1848.

CUNHA, Xavier. António Ribeiro dos Santos, separata do *Boletim da Sociedade de Bibliófilos "Barbosa Machado"*. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1913.

DAUN, José Sebastião de Saldanha de Oliveira e. *Quadro historico politico dos acontecimentos mais memoraveis da Historia de Portugal, desde a invasão dos francezes no anno de 1807, até á exaltação do senhor D. Miguel ao throno de Portugal*. Lisboa: Impressão Regia, 1829.

Defeza dos Direitos Nacionaes e Reaes da Monarquia Portuguesa, 2.^a edição corrigida e acrescentada, vols. I-II. Lisboa: Impressão Régia, 1816.

Demonstração Analytica dos barbaros, e inauditos procedimentos adoptados como meios de justiça pelo Imperador dos Francezes..., 1810.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*, tradução de Junia BARRETO. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DIAS, Eurico Gomes. Andanças de Fr. João de Sousa [c. 1735-1812] e o fomento dos estudos árabes em Portugal nos finais do século XVIII, in *Mátria*, n.º 3, CIJVS, Maio 2014.

_____. Contributos de Fr. Joaquim de Santo Agostinho [1767-1845] no arranque da Academia Real das Ciências, In: *Mátria Digital*, n.º 1, CIJVS, Dezembro 2012 [vide <http://matriadigital.cm-santarem.pt/>]

_____. *Memorias de Litteratura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa [1792-1814]: ciências de incidência histórica e construção historiográfica*, pós-doutoramento em História. Porto: FLUP, [versão policopiada], 2012.

_____. *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*. Tese de doutoramento em História. Porto: FLUP, [texto policopiado], 2007.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho. Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos, separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 14, Instituto de Estudos Históricos, Coimbra, 1975.

_____. Inéditos de António Ribeiro dos Santos, separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade*, n.º 83, [s. n.], Coimbra, 1976.

DIONÍSIO, Sant'Ana. Às ruínas de Castro de Avelãs, In: *Guia de Portugal*, 3.ª edição, vol. V. Lisboa: [s. n.], 1995.

DOMINGOS, Manuela. *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*, «Estudos», n.º 1. Lisboa: BN, 1996.

DOMINGUES, Ângela. *Viagens de Exploração Geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Instituto de História de Além-Mar, 1991.

ESTRELA, Jorge. *Leiria no tempo das Invasões Francesas*. Lisboa: Gradiva, 2009.

FARIA, António de Portugal de. *Ouvrages de José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos, de l'Académie des Sciences de Pruse et correspondant de celle de Paris....* Livourne: Imprensa di Raphael Giusti, 1899.

FARINHA, António Dias. Os estudos árabes na historiografia posterior a Herculano, In: *A Historiografia Portuguesa Posterior a Herculano*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978.

FIGANIERE, Joaquim. *Fr. João de Sousa, mestre e intérprete da língua arábica*. Coimbra: FLUC, 1949.

FILHO, Enéas Martins. *Publicações do Arquivo Nacional. O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real em 1807*, n.º 62. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1968.

FIOLHAIS, Carlos & MARTINS, Décio. *Breve História da Ciência em Portugal*. Coimbra/Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra/Gradiva, 2010.

GOMES, Francisco Dias. *Electra..., em Cinco Actos, tirada da Historia*. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1799.

_____. *Ifigenia. Tragedia, tirada da Historia Grega*. Lisboa: Officina de João António da Silva, 1798.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Gama Barros, Historiador das Instituições Administrativas (No I Centenário do início da publicação da *História da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*), In: *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol. II. Porto: FLUP, 1985.

Hypolito, tragedia de Seneca, e Phedra, tragedia de Racine, com a traducção em verso portuguez.... Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1813.

IRIA, Alberto. *Descobrimientos Portugueses: Algarve e os Descobrimientos*, vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956.

LARANJO, José Frederico. *As Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, In: *Economistas Portugueses. Subsídios para a história das doutrinas económicas em Portugal*, prefácio e notas de Carlos da FONSECA. Biblioteca de Economia. Lisboa: Guimarães Editores, 1976.

LEITE, António Pedro de Sousa. O conde da Barca e o seu papel em alguns aspectos das relações culturais de Portugal com a Inglaterra e a Alemanha, separata de *Armas e Troféus*, série II, n.º 3, [s. n.], Braga, 1962.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda. As pescarias da Póvoa de Varzim em 1786, separata de *Memórias Económicas*, vol. IV, Academia Real das Ciências/«Estudos Poveiros», n.º 2, [s. n.], Póvoa do Varzim, 1955.

_____. Memoria sobre a diversa densidade da Agua em diferentes alturas, In: *Jornal de Coimbra*, vol. I, 1812.

_____. Memoria sobre as pescarias de Portugal, In: *Jornal de Coimbra*, vol. II, 1812.

_____. Memoria sobre os pesos de que se faz uso no nosso commercio, In: *Jornal de Coimbra*, vol. III, 1817.

_____. Memoria sobre um novo modo de applicar ao movimento das machinas, a força do vapor d'agua fervendo, In: *Jornal de Coimbra*, vol. I, 1812.

_____. Memoria sobre um novo pyrometro de comparação, In: *Jornal de Coimbra*, vol. II, 1812.

MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de História de Indústria Portuguesa no século XVIII*, 2.ª edição. Lisboa: Querco, 1982, p. 134.

MACHADO, António de Oliveira Amaral. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, In: *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 701, Typographia da *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 701, Lisboa, 18 Abril 1846.

MACHADO, M.ª Rosa Pacheco. *A Academia Real das Sciencias de Lisboa e a sua Tipografia (1780-1910)*. Dissertação de mestrado em Ciências Documentais. Lisboa: UAL [versão policopiada], 2007.

MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de. Elogio historico do academico Antonio Caetano do Amaral, In: *Historia e Memórias da Academia*, vol. VIII, Parte II. Lisboa: Typographia da Academia, 1823.

_____. *Methodo para construir as estradas em Portugal*. Porto: Officina de António Álvares Ribeiro, 1790.

- MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria e. *Um Deportado do "Amazonas". Monografia Histórica. Época Liberal nos Açores (1810-1834)*, elaborada sobre os papéis de Vicente José Ferreira Cardoso da COSTA, 2.^a edição. Ponta Delgada: [s. n.], 1930.
- MALAFIA, Eurico de Ataíde. *António de Araújo de Azevedo – Conde da Barca: personalidade exemplar de coragem e dignidade*, In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I. Porto: FLUP, 2006.
- MARTINS, António Coimbra. Francisco Dias Gomes, crítico literário, In: *Crítica*, vol. V. Lisboa: Livraria Latina Editora, 1942.
- Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas... Os fidalgos*, por Francisco ALVES, revisão de José Augusto de Sotto-Mayor PIZARRO, vol. VI, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade de Baçal, Bragança, 2000.
- MIRANDA, Tiago Reis. António Freire de Andrade Encerrabodes [1699-1783]. No espelho de Pombal, In: *Penélope*, n.os 30-31, ICS/UL, Lisboa, 2004.
- MORAES, José de Mello. *Á Posteridade: Brasil Histórico e a Corographia Historia do Imperio do Brazil*, n.os 40-45, Typographia do Pinheiro, Rio de Janeiro, 1864
- MOTA, Isabel Ferreira da. Sociabilidade e Comunicação na República das Letras – um Estado sem Fronteiras?, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. XXVI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.
- MOTA, Luís Carlos Martins de. A 'Minuta para o regimento da Biblioteca da Universidade de Coimbra' de António Ribeiro dos Santos: algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural, In: *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade"*, vol. II. Coimbra: Comissão Organizadora do C.H.U, 1991.
- NETO, Vítor. *A questão religiosa no Parlamento*, vol. I (1821-1910), «Colecção Parlamento». Lisboa: Assembleia da República/Texto Editores, 2010.
- NEVES, Lúcia Pereira das. Um Baiano na *Setembrizada*: Vicente José Cardoso da Costa, In: *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- NOVAIS, Fernando. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*, apresentação de Pedro PUNTONI. Cosac Naify Edições, [s. l.], 2005.
- NUNES, M.^a de Fátima. *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Ciência Agrícola» em Portugal*, Colecção Thesis. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- Obras Poéticas de Francisco Dias Gomes*, mandadas publicar por ordem da Academia Real das Ciências, a benefício da viuva e orfãos do Autor. Lisboa: Typographia da Academia, 1799.

Observações sobre a primeira formação das linguas, do diferente genio das originaes e compostas. Traduzidas do inglez de Adão Smith, e anotadas por Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO. Lisboa: Impressão Régia, 1816.

Oração á memoria de Pedro-Grande, imperador da Russia... traduzida da Lingua Russa para a Ingleza, e desta para a Portugueza por Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO. Lisboa: Impressão Régia, 1816.

PEREIRA, António Caetano. Resumo Historico sobre o Estabelecimento da Cadeira de Lingua Arabe em Portugal, In: *Actas das Sessões da Academia Real das Sciencias*, vol. I. Lisboa: Typographia da Academia, 1849.

PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII.* António Ribeiro dos Santos. Lisboa: INCM, 1983.

PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa. *Diplomacia, política e economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca).* Dissertação de mestrado em História. Lisboa: FCSH/UNL, [versão policopiada], 1987.

QUÉRARD Joseph-Marie. Le Baron de Margaron, In: *La France Littéraire ou Dicctionnaire Bibliographique...*, vol. V. Paris: Chez Firmin Didot Frères, 1833.

Razão e mais Razão.... Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

Recordacoens de Jacome Ratton... sobre occurrencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sesenta e tres annos e meio, alias de Maio 1747 a Setembro de 1810 que rezidio em Lisboa.... Lisboa: H. Bryer, 1813.

RIBEIRO, Fernanda. O Ensino de Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista, In: *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I.

RIBEIRO, João Pedro. *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza....* Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1798.

RIBEIRO, José Silvestre. *O Real Observatorio Astronomia de Lisboa: noticia historica e descriptiva.* Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.

RUDERS, Carl Israel. *Viagem em Portugal, 1798-1802*, prefácio de Castelo Branco CHAVES, vol. I, «Portugal e os Estrangeiros». Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

SÁ, José António de. Descrição economica da Torre de Moncorvo», In: *Memorias Economicas*, vol. III,

_____. *Dissertationem bipartitam historico-analytico-criticam de plebiscitis et sconcultis....* Lisboa: Officina de Francisco Borges de Sousa, 1784.

_____. *Instrucções geraes para se formar o cadastro, ou o mappa arithmetico-politico do Reino....* Lisboa: Regia Officina Typographica, 1801.

_____. *Tratado sobre a origem e natureza dos testamentos, deduzido dos principios mais solidos dos direitos divinos, natural, civil, publico e das gentes, em que se analisa a politica dos antigos povos, e se refutam as opiniões dos mais celebres doutores publicistas e civilistas*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.

SÁ, Manuel José Maria Costa. Elogio Historico de Pedro José de Figueiredo, In: *Historia e Memorias da Academia...*, 2.^a série, vol. II, Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1848.

_____. Elogio historico de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães», In: *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. IX, 1825.

SABÓIA, João. Os arquivos e a gestão dos documentos de conservação permanente, In: *Actas das Primeiras Jornadas de Arquivos*, CMA, Albufeira, 2009.

SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Fr. Joaquim de. *A Voz da Natureza sobre a Origem dos Governos*, vols. I-II. Lisboa: Impressão Régia, 1814 [1.^a edição: Londres, 1809].

_____. *Proposições d'Ethica e Direito Natural....* Lisboa: Officina da Academia, 1796.

SANTOS, Zulmira. O Terramoto de 1755 como apologia da religião cristã: *Lisboa Destruída. Poema* (1803), de Teodoro de Almeida, In: *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, n.º 20, FLUP, Porto, 2003.

_____. Vícios, virtudes e paixões: da novela como <catecismo> no século XVIII, In: *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3, FLUP, Porto, 2006.

SCHEDDEL, Madalena Franco. *Guerra na Europa e interesses de Portugal: as colónias e o comércio ultramarino, a acção política e diplomática de D. João de Melo e Castro, conde das Galveias (1792-1814)*. Dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Lisboa: FLUL, [versão policopiada], 2011.

Sentimentos do Juiz do Povo.... Lisboa: Impressão Régia, 1808.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vol. III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

_____. *História Breve da Historiografia Portuguesa*, «Histórias Breves», n.ºs 14-15, Lisboa: Editorial Verbo, 1962.

SIDARUS, Adel. Os estudos árabes em Portugal 1772-1962: introdução, separata de *Islão e arabismo na Península Ibérica*. *Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos*.

SILVA, Domingos da. *A Eclesiologia do Padre António Pereira de Figueiredo*. Lisboa: [s. n.], 1983.

SILVA, Inocêncio Francisco da. António Ribeiro dos Santos, In: *Archivo Pittoresco*, vol. IX. Lisboa: ft.º 4, Typographia de Castro & Irmão, 1866.

SILVA, José Alberto. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese de doutoramento em História e Filosofia das Ciências. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, [versão policopiada], 2015.

SILVA, José Maria da Costa. P.º Joaquim de Fóios, In: *Ramalhete, jornal de instrução e recreio*, n.º 150, Imprensa de C. A. S. Carvalho, Lisboa, 1840.

SILVA, José Veríssimo Álvares da. Memória das verdadeiras cauzas porque o Luxo tem sido nocivo aos Portuguezes, In: *Memorias Economicas*, vol. I, 1789.

_____. Memória Historica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até ao presente [1782], In: *Memorias Economicas*, vol. V.

_____. Memória sobre a cultura das Vinhas, e sobre os Vinhos, In: *Memorias de Agricultura...*, vol. I, 1788.

_____. Observações Botanico-Meteorologicas do anno de 1800 feitas em Thomar, In *Memorias Economicas*, vol. V, 1815.

SILVA, Luís Duarte Vilela da. *Observações críticas sobre alguns artigos do Ensaio Estatístico do Reino de Portugal e Algarves, publicado em Paris por Adriano Balbi*. Lisboa: Imprensa Régia, 1828.

SILVA, Taíse Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Tese de doutoramento em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, [versão policopiada], 2010.

SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, «História e Filosofia da Ciência», n.º 10, Porto Editora, Porto, 2006.

SIMÕES, M.ª Alzira Proença. Monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo, bibliotecário-mor da Real Biblioteca Pública da Corte, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. I, n.º 2, BNL, Lisboa, 1982.

SOUSA, Fernando de. A memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790), separata de *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série História*, n.ºs 51-56, FLUP, Porto, 1974.

_____. Portugal nos fins do Antigo Regime. Fontes para o seu estudo», separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXI, [s. n.], Braga, 1977.

_____. Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá, separata da *Revista População e Sociedade*, n.º 3, Centro de Estudos da População e Família, Porto, 1998.

SOUSA, Fr. João de. *Narração da arribada das princezas africanas ao porto desta capital de Lisboa, seu desembarque para terra, alojamento no palacio das Necessidades, ida para Queluz, seu embarque e volta para Tanger*. Lisboa: Typographia da Academia, 1793.

TODD, Christopher. *Voltaire's Disciple: Jean-François de La Harpe*. Londres: Modern Humanities Research Association, 1972.

TOPA, Francisco. *Poesia dispersa e inédita do setecentista brasileiro Francisco José de Sales*. Porto: [edição de Autor], 2001.

TORGAL, Luís Reis. Um novo espírito científico – a Academia Real das Ciências, In: *História da História em Portugal (séculos XIX-XX). A História através da História*, vol. I. Lisboa: Temas & Debates, 1998.

TORRES, Miguel Joaquim Marques. Biographia. Antonio Ribeiro dos Santos, In: *O Panorama*, 2.^a série, vol. III, ft.º 141, 7 Setembro 1844; ft.º 142, 14 Setembro 1844; ft.º 143, 28 Setembro 1844.

TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. Elogio Historico de Fr. João de Sousa, In: *Historia e Memorias da Academia*, tomo IV, Parte I. Lisboa: Officina da Academia, 1815.

_____. Elogio histórico do Conde da Barca, proferido em 24 de Junho de 1819, In: *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo VIII, Parte II. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1823.

VALIM, Patrícia. Presteza no Real Serviço: D. Fernando José de Portugal e Castro e a administração da Capitania da Bahia no final do século XVIII, In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, 2011.

VASCONCELOS, José Joaquim Soares de Barros. Considerações sobre os grandes beneficios do Sal commum em geral, e em particular do Sal de Setubal, comparado experimentalmente com o de Cadiz, e por analogia com o de Sardenha, e o de França. In: *Memorias Economicas*, vol. I, 1789.

_____. Loxodromia da vida humana, ou Memoria em que se mostra, qual seja a carreira da nossa especie pelos espaços da nossa presente existencia, In: *Memorias de Mathematica e Physica*, vol. II. Lisboa: Academia das Ciências, 1799.

_____. Memoria sobre as causas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia», In: *Memorias Economicas*, vol. I, 1789.

VITORINO, Pedro. Acerca de João Pedro Ribeiro, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. 4, CMP, Porto, 1938.

Legislação

Estatutos da Sociedade Economica dos Bons Compatriotas, Amigos do bem Público.... In: *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações. Legislação de 1775 a 1790*, redigida por António Delgado da SILVA, vol. III. Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

AZEVEDO, António de Araújo de. *Regulamento para os hospitaes militares de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra....* Lisboa: Impressão Régia, 1805.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações....* Lisboa: Typographia Maignense, 1828.

Referências Electrónicas

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521). In: *Medievalista*, n.º 6, IEM/FCSH-UNL, Lisboa, Julho de 2009 [disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>]

MEMORIAS
DE
L I T T E R A T U R A
P O R T U G U E Z A ,
P U B L I C A D A S
P E L A
ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
D E L I S B O A .

Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.

T O M O I V .



L I S B O A
NA OFFICINA DA MESMA ACADEMIA.
ANNO M. DCC. XCIII.
*Com licença da Real Meza da Commissaõ Geral sobre o Exame,
e Censura dos Livros.*